

MINISTÉRIO

Uma Revista para Pastores e Obreiros

ADVENTISTA

MAR/ABR 83



NÚMERO 2



A CHAVE DIVINA
PARA A
CONCLUSÃO
DA OBRA

ÍNDICE

EDITORIAL

- Nosso Alvo Não é Ganhar Almas? 3
W. B. Quigley

ARTIGOS GERAIS

- A Chave Divina Para a Conclusão da Obra 4
Gordon M. Hyde
- O Significado Bíblico do Dizimo e das Ofertas 9
Paulo Smith
- O Casamento: Contrato Social ou Concerto Divino? 10
Dr. João B. Youngberg e Luís del Pozo
- O Papel de Ellen G. White na Formação Doutrinária 14
Ron Graybill

A ESPOSA DO PASTOR

- O Arquivo da Esposa do Pastor 18
Maria Cordido

SAÚDE E RELIGIÃO

- Religião e Saúde Mental: Uma Avaliação da Fé Pessoal 20
Dr. Fred Osbourn

ARQUEOLOGIA

- O Pecado e o Julgamento no Mundo Antigo 22
Dr. Siegfried H. Horn



O MINISTÉRIO ADVENTISTA

ANO 49 — Nº 2

MAR/ABR. 93

Gerente Geral:
Wilson Sarli

Redator-Chefe:
Rubens S. Lessa

Redator:
Naor G. Conrado
Diretor:
Arthur S. Valle
Colaborador Especial:
Daniel Belvedere
Colaboradores:
João Wolff

José C. Bessa
Alcides Campolongo
Severino Bezerra
Jefte de Carvalho
Direção de Arte:
Erlo G. Köhler
Rogério Sorvillo
Diagramação:
César L. Pagani

Assinatura Anual:
Cr\$ 1.200,00

Todo artigo ou qualquer correspondência para a revista *O Ministério Adventista*, devem ser enviados para o seguinte endereço:
Caixa Postal 12-2600
70279 - Brasília, DF

Capa: Heber



Editado bimestralmente pela Casa Publicadora Brasileira,
Av. Pereira Barreto, 42 —
09000 - Santo André,
São Paulo 6115

NOSSO ALVO NÃO É GANHAR ALMAS?

Como você responderia à pergunta: "Que fatores serão mais influentes em dar absoluta prioridade ao evangelismo total?"

Um pastor, respondendo a um questionário acerca do repto de *MIL DIAS DE COLHEITA*, escreveu uma resposta muito interessante: "O único instrumento realmente eficaz são obreiros voluntários adestrados", disse ele. "O alvo não é conquistar almas, mas adestrar ganhadores de almas."

Minha primeira reação foi exclamar: "Desde quando nosso alvo como ministros evangélicos não é ganhar almas?!" Alguns dias mais tarde, viajando para o Oeste num avião a jato, passei a compreender melhor o que aquele pastor queria dizer — e a concordar com ele. Ao conversar com o cristão do outro lado do corredor, fiquei sabendo que ele tinha um curso universitário em administração urbana, mas há dois anos abandonou todas as frustrações de sua carreira para vender produtos Shaklee (uma companhia de produtos domésticos semelhante à Amway, Avon e Fuller Brush, e especializada em vitaminas, detergentes e artigos de limpeza). Durante duas horas esse homem quase me deixou estupefato, demonstrando como funcionava a arremetida de vendas de sua companhia. A coisa mais importante que aprendi foi que sua principal responsabilidade *não é* vender produtos Shaklee! Ele recruta e prepara pessoas que o façam! Perguntei-lhe por que ele mesmo não vendia produtos Shaklee, e respondeu que costumava fazê-lo. Na realidade, é um perito e continuamente realiza vendas de sua casa, mas o seu verdadeiro êxito, tanto financeiramente como no âmbito empresarial, depende inteiramente de sua influência em recrutar pessoas que querem trabalhar por conta própria, e em adestrá-las para que sejam bem sucedidas. A companhia está organizada de tal maneira que uma parte do êxito desses indivíduos passa a pertencer-lhe, e assim, por meio de diligente recrutamento e preparo, ele está construindo um império que cada vez se torna mais amplo, até que afinal esse senhor possa tornar-se abastado e independente.

Antes que nossa conversação chegasse ao fim, discernei dois princípios muito importantes: 1. Esse homem era um mestre na arte de vender o produto; 2. Ele é bem sucedido em recrutar e adestrar a outros, reproduzindo neles sua própria fórmula para o êxito.

O pastor ao qual nos referimos escreveu: "O alvo não é conquistar almas, mas adestrar ganhadores de almas." Contudo, acusá-lo de estar recomendando que não é nosso dever, como pastores, ganhar almas, é deturpar suas palavras. Acima de tudo, os pastores e administradores precisam ser "superganhadores de almas" e então transmitir habilmente essa proficiência, essa consagração e solicitude, e esse êxito, a membros de igreja que se ponham em atividade e multipliquem a colheita! Esse pastor compreende o plano inspirado exposto pela Sra. White em *Obreiros Evangélicos*, págs. 196 e 200: "Ao trabalhar em lugares onde já se encontram alguns na fé, o ministro deve não tanto buscar, a princípio, converter os incrédulos, como exercitar os membros da igreja para prestarem cooperação proveitosa. Trabalhe com eles individualmente, tentando despertá-los para buscarem eles próprios experiência mais profunda, e trabalhem por outros. Quando estiverem preparados para apoiar o ministro mediante orações e serviços, maior êxito há de lhe acompanhar os esforços... Ensinem os ministros aos membros da igreja que, a fim de crescer em espiritualidade, devem levar o fardo que o Senhor sobre eles pôs — o encargo de conduzir almas à verdade. Aqueles que não estão fazendo face a suas responsabilidades devem ser visitados, orando-se e trabalhando-se com eles. Não leveis o povo a descansar em vós como ministros; ensinai-lhes antes que devem usar seus talentos em comunicar a verdade aos que os rodeiam. Trabalhando assim, hão de ter a cooperação dos anjos celestes, e obterão uma experiência que lhes acrescentará a fé, tornando-os firmes em Deus."

W. B. Quigley

A CHAVE DIVINA PARA A CONCLUSÃO DA OBRA

Gordon M. Hyde

*Diretor associado do Departamento
da Escola Sabatina da Associação Geral.*

Este artigo se baseia numa série de mensagens devocionais transmitidas originalmente à família da Associação Geral em seus cultos matutinos. Cremos que as idéias apresentadas ali merecem cuidadosa consideração por parte de todo pastor adventista do sétimo dia. Portanto, a nosso pedido, o Dr. Hyde adaptou suas mensagens à forma escrita para que pudessem ter mais ampla circulação. — Os Editores da Revista *Ministry*.

Quando olhamos para o horrendo acúmulo de conseqüências do pecado, talvez pareça inútil até mesmo sugerir que a proclamação de uma *mensagem* possa oferecer um pouco de esperança para a solução do problema do pecado.

Cumpra notar, porém, que quando Deus enfrentou a realidade da falta de confiança e conseqüente desobediência de Adão e Eva, Ele proclamou uma *mensagem*. No entanto, antes de oferecer o primeiro lampejo de esperança a esses santos que se tornaram pecadores, Ele os chamou com amor e solicitude ao continuar a andar no jardim pela viração do dia. E quando no primeiro rubor de culpa nossos primeiros pais quiseram esconder-se da presença de Deus, houve profundo pesar em Sua voz — não só porque eles permitiram que o enganador os separasse e conquistasse, mas principalmente porque agora estavam com medo de seu Criador e Benfeitor.

"E chamou o Senhor Deus ao homem, e lhe perguntou: Onde estás?" Gên. 3:9. Essa é a fonte e a origem do evangelho — a mensagem de boas-novas — Deus buscando o homem pecador; Deus, o Iniciador de um meio para salvar

os pecadores. Esse meio foi revelado na primeira declaração e formulação do evangelho, dirigida na realidade à Serpente: "Porrei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e o seu descendente. Este te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar." Gên. 3:15.

Vivemos agora no tempo do fim. E temos falado sobre a conclusão da obra há bastante tempo — cerca de 137 anos. E, portanto, desejamos procurar novamente a chave divina para a conclusão da obra. Podemos perguntar legitimamente se a terminação da obra do evangelho não poderá resultar da proclamação de uma mensagem, como sucedeu com o seu começo. E assim fazemos a pergunta:

É um Novo Evangelho?

É isso que precisamos? Se necessitamos de um novo evangelho, em que consistia o antigo? Havia algo de errado nele? Deus possui uma coleção de evangelhos, e de vez em quando experimenta um novo evangelho?

Por falar nisso, estais lembrados das palavras de Paulo; são um pouco fortes, e Paulo era capaz de produzir palavras vigorosas:

"Mas, ainda que nós, ou mesmo um anjo vindo do Céu vos pregue evangelho que vá além do que vos temos pregado, seja anátema." Gál. 1:8. Como sabeis, a palavra para "anjo", no Novo Testamento grego, é a mesma que para "mensageiro". Paulo, sob inspiração, está disposto a condenar eternamente um mensageiro ou um anjo do Céu por pregar outro evangelho. Portanto, como podemos esperar agora que a chave divina para a conclusão da obra seja um evangelho novo ou diferente?

Com efeito, o testemunho bíblico parece indicar com clareza e coerência que o Senhor jamais teve mais de um evangelho para ser oferecido aos homens. Deus só tinha um Filho para ser enviado a este mundo. E só há um evangelho verdadeiro que fala a Seu respeito. Ouvimos sua primeira proclamação em Gênesis 3:15; e no último livro da Bíblia o evangelho eterno de Apocalipse 14:6 não é novo, embora seja proclamado como parte do último convite de Deus aos pecadores e tenha ênfases adaptadas às questões do tempo do fim no conflito entre Cristo e Satanás. Lembrai-vos de que uma das qualidades de pessoas ou coisas eternas é sua imutabilidade. Se podem sofrer alteração,

certamente não são eternos. (Ver Mal. 3:6.)

Por volta de 1844, os que se tornaram nossos pioneiros começaram a proclamar por toda parte o evangelho na forma e aplicação que correspondesse às condições do mundo no tempo do fim. Basicamente, essas condições não se alteraram com o passar dos anos. Os protagonistas e as questões latentes são os mesmos. Por outro lado, algumas vozes entre nós hoje em dia estão advogando particularmente a idéia de que nós, como adventistas, devemos parar de ensinar a proximidade da volta de nosso Senhor. No entanto, se deixássemos de pregar isso, certamente teríamos de abandonar a pregação das mensagens dos três anjos de Apocalipse 14:6-12. Pois quando esses anjos terminarem sua obra, o apelo é para que o Senhor efetue a ceifa do mundo — uma colheita do cereal que representa os santos, e uma colheita das uvas que representam os pecadores. No auge de sua obra, esses três anjos deviam ser reforçados por outro anjo que salientaria a mensagem do segundo. E por meio de sua obra — sua proclamação do evangelho — toda a Terra seria iluminada “com a sua glória” e ouviria sua “potente voz” ou alto clamor. O último convite de Deus começou com o anúncio da hora do juízo que antecede o advento. O “outro anjo” juntar-se-á aos três para levar esse último convite ao ponto culminante.

Inspirada e autorizada mensagem entre nós declaramos que essa mensagem do “alto clamor” começou a ser ouvida em nossas fileiras por volta de 1888. (Ver *Christ our Righteousness*, de A. G. Daniells, pág. 56.) A mensagem da justiça pela fé, com seus frutos na vida, devia soar por toda a Terra. A Terra devia ser iluminada por ela. Uma grande multidão de novos crentes seria levada a unir-se com o povo que transmite a mensagem. As chuvas temporã e serôdia do Espírito Santo precederiam e acompanhariam a mensagem, e rápida obra ocasionaria o ponto culminante da História aguardado há muito tempo.

Receio que, como um povo, ainda tenhamos de abraçar essa eterna mensagem do evangelho, e se não a recebermos e partilharmos em breve, alguma outra pessoa — talvez até as pedras — terá de transmiti-la. (Ver *Christ our Righteousness*, pág. 52.) O evangelho eterno é o método de Deus pa-

ra colocar os homens e as mulheres na devida relação com Deus, preparando-os assim para a obra de concluir a proclamação do evangelho eterno.

Aceitos por Deus Pela Fé

Quando os mensageiros escolhidos por Deus começaram a transmitir em 1888 o que Ellen White apoiou como a oportuna ênfase do evangelho nos últimos dias, alguns dos principais lumináres entre nós recebiam que a segurança da lei moral e o sábado estivessem sendo minados da parte de dentro — quase perfidamente. A mesma espécie de receio surgiu na Igreja apostólica quando Paulo começou a dar toda a atenção ao único evangelho ver-

ser que tenha passado a era de sua aplicação.

Em certo sentido, a lei moral pode muito bem cuidar de si mesma; não precisamos correr em sua defesa. Ela conheceu o evangelho há mais tempo do que qualquer de nós, e jamais se sentiu ameaçada por ele. *Nós* é que somos ameaçados por um ou outro. E assim chegamos ao texto-chave desta parte de nosso estudo: “Concluimos, pois, que o homem é justificado pela lei, independentemente das obras da lei.” Rom. 3:28.

Estas palavras nos dizem que uma pessoa é considerada e tratada como justa com base em sua fé nos méritos todo-suficientes de Jesus Cristo, e que essa justiça não depende da observância da

Arq. Casa



dadeiro. Os defensores do sistema de culto e exclusividade judaica (que se haviam unido à Igreja cristã) até estavam dispostos a matar a Paulo pelo que consideravam como debilitamento da tradição judaica por sua interpretação da verdadeira liberdade do evangelho.

E assim, mesmo hoje, quase ficamos pesarosos quando alguém chega a mencionar 1888, ou Jones e Waggoner, ou a justiça pela fé, porque a proclamação daquela época parece ser facilmente tão mal compreendida e tão mal interpretada, tanto pelos que a ouvem como, às vezes, pelos que a apresentam. Por favor, permiti, porém, que a vossa alma esteja em paz com Deus e com o vosso próximo nesta questão crucial: o evangelho, devidamente apresentado, não prejudicará nem manchará a amada lei moral de Deus, ou mesmo qualquer lei ou sistema de leis dadas por Deus (a não

lei. Parece ser significativo, também, que não é imposto nenhum limite de tempo a essa certeza, e nenhuma restrição. Mas, quando começamos a lançar todo o peso de nossa alma sobre essa gloriosa promessa — quando começamos a conhecer e a sentir que realmente podemos ter paz com Deus — alguém solta um alarme e exclama: “Olhe para o verso 31!!” E quando consegue que olhemos para o verso 31, parece desejar realmente que olvidemos o que está no verso 28. Dá a impressão de querer que sejamos levados a sentir que o verso 31 supera tanto o verso 28 que podemos muito bem olvidar que já o temos visto. Precisamente quando começamos a exultar na gloriosa verdade de que Deus nos considera justos pela fé na justiça de Jesus, ou, em outras palavras, de que somos justificados, à parte de observar ou praticar as obras da lei — qualquer lei — alguém diz com

energia e quase com ira: "Isso estava muito certo quando você foi ter com o Senhor pela primeira vez, mas...!"

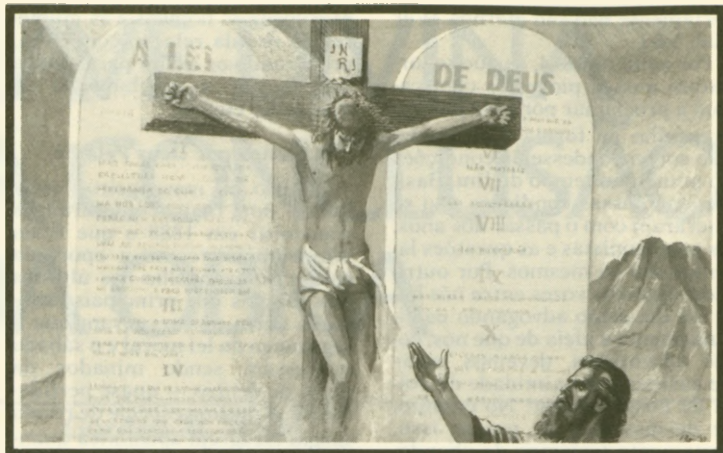
Mas o quê?

É a mensagem de Romanos 3:28 e outras passagens semelhantes da Escritura apenas algo a ser procurado frenética e brevemente para tirar-nos do lamaçal do pecado? É o plano de Deus que após o breve momento de libertação divina devemos agora *subir* ao Céu — talvez com um pouco de ajuda do Senhor, pelo Espírito Santo?

Queremos realmente a conclusão da obra? Desejamos ver uma grande colheita de almas? Queremos que aqueles que já encontraram paz com Deus deem atenção aos aspectos especiais do evangelho eterno que nos foram confiados para estes últimos dias? Recomendariamos que eles trocassem sua paz de coração e sua alegria no Senhor pela incerteza e o pesado fardo da culpa que frequentemente parece assinalar a experiência dos adventistas do sétimo dia?

Qual é "o assunto que atrai o coração do pecador"? É "Cristo e Este Crucificado" (Ellen G. White, *Review and Herald*, 22 de novembro de 1892). É isso que as pessoas ouvem principalmente de nós? Ou temos tanto receio de que a graça espúria se insinue no evangelho e mine a lei de Deus, que não ossemos passar tempo junto à cruz?

Quais são "as mais doces melodias que provêm de lábios humanos"? Eis a resposta: "A justificação pela fé e a justiça de Cristo." — Ellen G. White, *Review and Herald*, 4 de abril de 1895. Aceitos por Deus pela fé! Estai certos de que não há outro meio! Atentai para estas palavras incisivas: "A única maneira pela qual [o pecador] pode alcançar a justiça é pela fé. Pela fé pode ele apresentar a Deus os méritos de Cristo, e o Senhor lança a obediência de Seu Filho a crédito do pecador. A justiça de Cristo é aceita em lugar do fracasso do homem, e Deus recebe, perdoa, justifica a alma arrependida e crente, trata-a como se fosse justa, e ama-a tal qual ama Seu Filho. Assim é que a fé é imputada como justiça; e a alma perdoada avança de graça em graça, de uma luz para luz maior. Pode dizer, alegremente: 'Não pelas obras da justiça que houvésemos feito, mas segundo a Sua misericórdia, nos salvou pela lavagem da regeneração e da renova-



A. Rios

ção do Espírito Santo, que abundantemente Ele derramou sobre nós por Jesus Cristo nosso Salvador; para que, sendo justificados pela Sua graça, sejamos feitos herdeiros segundo a esperança da vida eterna.' — Ellen G. White, *Review and Herald*, 4 de novembro de 1890.

Em Paz com a Lei

Ao prosseguirmos em nossa tentativa de identificar a chave divina para a conclusão da obra notemos que o claro ensino de Paulo, de que o pecador é considerado justo pela fé na justiça de Cristo, e não por *quaisquer* obras da lei que o pecador possa realizar (e declaro que isso significa tanto antes como depois de ter sido justificado), de maneira alguma diminui a autoridade, a santidade ou a centralidade da lei moral no governo universal de Deus. Na realidade, ele diz: "Anulamos, pois, a lei, pela fé? Não, de maneira nenhuma, antes confirmamos a lei." Rom. 3:31. Anteriormente, não negamos a verdade deste verso. Apenas lamentamos que tantos de nós, durante os últimos noventa anos, temos desejado passar rapidamente do verso 28 para o verso 31 com um profundo suspiro de alívio por estarmos de volta a alguma coisa que defende a lei e o sábado. O protecionismo da lei deu origem a algumas das controvérsias da era de 1888: a identidade da lei mencionada no livro de Gálatas, a natureza do velho e do novo concerto e a influência dessas questões sobre a relação entre a justificação e a santificação.

Quando retornamos, porém, à Epístola aos Romanos, notamos que Paulo usa todo o capítulo

quatro para descrever a experiência de Abraão como clássico exemplo de alguém que foi justificado pela fé. "Ao que não trabalhava, porém crê nAquele que justifica ao ímpio, a sua fé lhe é atribuída como justiça." Verso 5. E, no entanto, essa fé, creditada ou atribuída a Abraão como justiça, se revelou em obediência — nem sempre perfeita obediência — mas certamente sincera intenção de obediência. Quer ao deixar seu lar para ir a um lugar estranho e não revelado, quer ao aceitar a circuncisão como sinal do concerto, ou ao crer na promessa de um filho ou finalmente ao estar disposto a oferecer esse filho da promessa, Isaque, como sacrifício requerido por Deus — em tudo isso Abraão revelou sua fé em obediência.

Paulo insiste, porém, em afirmar que não foram os *atos de obediência* que foram creditados a Abraão como justiça, e, sim, a crença e a confiança de Abraão em Deus. Sua aceitação das promessas de Deus é que foi imputada para justiça: "Estando plenamente convicto de que Ele era poderoso para cumprir o que prometera. Pelo que isso lhe foi também imputado para justiça. E não somente por causa dele está isso escrito que lhe foi levado em conta, mas também por nossa causa, posto que a nós igualmente nos será imputado, a saber, a nós que cremos nAquele que ressuscitou dentre os mortos a Jesus nosso Senhor, o qual foi entregue por causa das nossas transgressões, e ressuscitou por causa da nossa justificação." Versos 21-25.

Então vem a passagem de paz e alegria, de Romanos 5:1 e 2: "Justificados, pois, mediante a fé, temos paz com Deus, por meio de

nosso Senhor Jesus Cristo; por intermédio de quem obtivemos igualmente acesso, pela fé, a esta graça na qual estamos firmes; e gloriemo-nos na esperança da glória de Deus."

Essas benditas palavras de certeza são seguidas de algumas das comparações de Paulo designadas pelas palavras "muito mais" e que culminam no verso 11 com a afirmação de que os crentes têm o direito de alegrar-se "em Deus por nosso Senhor Jesus Cristo, por intermédio de quem acabamos agora de receber a reconciliação". Esta última expressão indica uma ação completada no passado e cuja eficácia prossegue no presente. É alguma coisa em que se pode confiar. Isto é fora de dúvida.

Em seu uso da comparação "muito mais" (versos 10, 15 e 17), Paulo está contrastando os maus efeitos do pecado de Adão sobre a raça humana com os benéficos e gloriosos efeitos do dom da graça de Deus na pessoa de Jesus Cristo. O pecado de um só homem se alastrou por toda a humanidade, mas a justiça de um só Homem é plenamente adequada para reconciliar, justificar e trazer vida a muitas pessoas — na verdade, para todos os que resolvem crer (ver versos 11-20).

Uma pergunta-chave em nossa procura da chave de Deus para a conclusão da obra (à luz das mensagens dos três anjos de Apocalipse 14) é esta: Qual é a possibilidade de que o crente tenha paz com Deus por nosso Senhor, e, no entanto, esteja em inimizade com a lei moral de Deus? Parece ser apropriado lembrar aqui as palavras do Salmo 119:165: "Grande paz [*shalom*] têm os que amam a Tua lei; para eles não há tropeço." Esta asseveração do Antigo Testamento é claramente apoiada por Paulo, como vimos em Romanos 3:31. O evangelho não contém nenhuma ameaça à santidade e à perpetuidade da lei. De modo algum! O evangelho é o preservador e o restaurador, no coração do crente, do amor e da lealdade à lei de Deus.

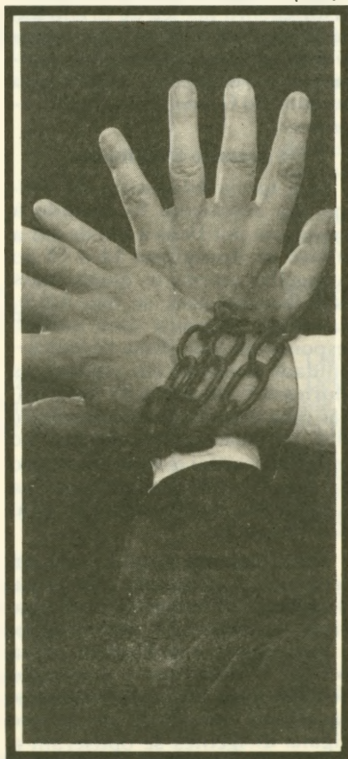
Isso parecia ser tão bom para alguns que gostavam de olvidar a reivindicação da lei e tão ameaçador para outros que temiam pela segurança da lei, que Paulo foi levado a tratar da questão. Visto que essa graça — disse ele — é um tão maravilhoso antídoto para a transgressão da lei, e visto que constitui a suprema provisão do amor de Deus, por que não re-

Tudo que é necessário para a salvação dos pecadores já foi adquirido na íntegra por Jesus Cristo.

comendar que continuemos a pecar — transgredindo cada vez mais a lei — de modo que haja cada vez mais graça proveniente do amoroso coração de Deus? (Ver Romanos 6:1.)

Eis como Paulo responde a sua própria pergunta retórica: Se a graça de Cristo nos conduziu à experiência e posição de estar mortos para o pecado (visto que fomos batizados na morte de Cristo — verso 3), como podemos continuar pecando casual, descuidada e levemente? Não permitiremos que o pecado seja nosso senhor agora, simplesmente

Arq. Casa



porque nos foi oferecida a graça em Jesus Cristo! Outrora éramos escravos do pecado, mas Cristo nos libertou dessa escravidão. Ele nos livrou do pecado, por Sua graça. Como resultado, somos agora, por escolha pessoal, "escravos de Deus", e o benefício que colhemos disso é a "vida eterna" (ver os versos 15-23).

Visto que o benefício dessa servidão a Deus conduz "para a santificação, e por fim a vida etertificação, e por fim a vida eterna", estamos muito interessados no pensamento de que Cristo Jesus provê tudo que é necessário para tornar "completo" o pecador que crê.

Completos em Jesus Cristo

Tudo que é necessário para a salvação dos pecadores já foi adquirido na íntegra por Jesus Cristo! Para ser tão completa assim, essa provisão deve suprir o remédio para toda necessidade que o pecado de Adão e nossos próprios pecados produziram dentro de nós e sobre nós. Afigura-se que tal inteireza teria de abranger: o perdão dos pecados; a adoção na família de Deus; a crucifixão do velho homem do pecado; a libertação do total salário do pecado, isto é, da morte sem esperança de ressurreição; a libertação do poder do pecado na natureza que herdamos e cultivamos; a aceitação da parte de Deus pelos méritos de Alguém à altura da lei; o crescimento na graça; estar sob a nova direção do Espírito; e o desenvolvimento de um ambiente propício para a restauração da imagem de Deus no homem, quer pela temperança, pelo viver saudável, pela contínua educação cristã, pela ecologia, pela preservação da família ou por qualquer outra coisa. E eu apresento como todo-suficiente Provedor de todos esses aspectos do evangelho eterno a Jesus de Nazaré, Filho do homem, Filho de Deus, Deus conosco! "NELE estais aperfeiçoados." Col. 2:10.

Há muitas ilustrações bíblicas dessa grandiosa verdade: 1) A provisão divina da vestimenta de peles para Adão e Eva (Gên. 3:7 e 21); 2) a arca para os crentes no tempo de Noé (Gên. 6-9); 3) Josué e o anjo (Zac. 3); 4) A Videira e os ramos (S. João 15:1-12); 5) o Negociante divino e Seus artigos todo-suficientes (Apoc. 3:18-21), etc.

Essa provisão todo-suficiente para nossa salvação envolve muitos dos divinos paradoxos da Es-

critura. Esses pontos opostos precisam ser mantidos na divina tensão em que a Bíblia os apresenta, senão perderemos as amarrações de nossa salvação e seremos impelidos para um ou outro extremo. Nem todos os que ouviram e aceitaram pessoalmente a Jesus compreenderam todas essas coisas, mas aceitaram com plena confiança e dedicação o que Ele lhes apresentou com rudimentar simplicidade. E o Salvador prodigalizou-lhes Sua inteireza desde o primeiro dia em que O aceitaram.

E eles cresciam diariamente na graça. Sob a tutela do Espírito, os apóstolos foram incumbidos de transmitir as questões mais complexas do evangelho, as quais se tornaram "verdade presente", quando a Igreja primitiva, composta só de judeus, abriu com relutância as portas para os gentios e também se despediu das tradições judaicas de modo restrito e hesitante.

No tocante à inteireza que o crente desfruta em Cristo, foi publicado um comovido e impressionante artigo de Ellen G. White na revista *Signs of the Times* de 4 de julho de 1892. (Notai que o ano da publicação coloca essa apresentação no tempo da dilatação da mensagem de 1888, que Deus tencionava cumprisse a tarefa do anjo de Apocalipse 18:1-4 para a conclusão da obra do evangelho eterno.) O principal ponto do artigo, obtido pela repetição da frase mais importante de Colossenses 2:10, é que todo requisito para a salvação dos pecadores já foi completamente adquirido por Jesus Cristo, e que o crente, por meio de confiante aceitação de "Suas preciosas e mui grandes promessas" (II S. Ped. 1:4), é e será "completo nEle".

Todo o artigo é inspirador, mas um trecho escolhido será suficiente para nosso propósito aqui:

"Nunca podemos alcançar a perfeição por nossas próprias boas obras. A alma que vê a Jesus pela fé, rejeita sua própria justiça. Encara a si mesma como incompleta, seu arrependimento como insuficiente, sua mais forte fé como sendo apenas debilidade, seu mais custoso sacrifício como escasso, e se prostra com humildade aos pés da cruz. Mas uma voz lhe fala dos oráculos da Palavra de Deus. Com estupefação ela ouve a mensagem: 'NEle estais aperfeiçoados.' Agora tudo está em paz nessa alma. Não precisa mais esforçar-se para encontrar

algum merecimento em si mesma, alguma ação meritória pela qual alcance o favor de Deus. Col. 2:10; 4:12.

"Contemplando o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo, ela encontra a paz de Cristo; pois o perdão é apostado a seu nome, e ela aceita a Palavra de Deus: 'NEle estais aperfeiçoados.' Quão difícil é para a humanidade, por muito tempo acostumada a acalantar a dúvida, aceitar essa grandiosa verdade! Todavia, que paz ela traz à alma, e que vitalidade! Olhando para nós mesmos em busca de justiça, para encontrar aceitação diante de Deus, olhamos para o lugar errado, 'pois todos pecaram e carecem da glória de Deus.' Devemos olhar para Jesus, porque 'todos nós com o rosto desvendado, contemplando, como por espelho, a glória do Senhor, somos transformados de glória em glória, na Sua própria imagem'. Deveis encontrar vossa inteireza contemplando o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo... Quando o pecador tem uma visão dos incomparáveis encantos de Jesus, o pecado não mais lhe parece atraente."

Ai está novamente a segurança da lei moral, a segura defesa contra qualquer versão de "graça vulgar". Aquele que acha que a justificadora justiça de Cristo lhe dá licença para pecar com impunidade nunca compreendeu realmente o verdadeiro significado da cruz, do Getsêmani e do Calvário.

O Assunto Dominante

Se a Igreja Adventista do Sétimo Dia realmente foi trazida à existência por Deus a fim de dar a ênfase de Apocalipse 14 e 18 ao evangelho eterno (e quem mais está fazendo isso, se não nós?), ela ainda enfrenta uma solene responsabilidade. Essa responsabilidade consiste em colocar as gloriosas boas-novas da justificação pela fé na frente, no meio e no fim de suas apresentações ao mundo. Esse foi o apelo inspirado da era de 1888, centralizada na Assembleia da Associação Geral de Mineápolis.

Naturalmente, damos certa deferência à justificação, mas amíúde desejamos relegá-la a uma posição secundária — depreciando-a para que a santificação possa ocupar a dianteira e a posição central. Essa parece ter sido nossa atitude dominante desde que alguns dirigentes se opuseram a




Arq. Casa

A Igreja tem a responsabilidade de dar a ênfase de Apocalipse 14 e 18 ao evangelho eterno.

Jones e Waggoner e começaram a duvidar do ministério de Ellen White nos anos relacionados com 1888. Oramos pela esperada restauração de Deus em nós — a qual é uma das condições da conclusão da obra — mas parece que não estamos dispostos a aceitar o papel da justificação pela fé para tornar possível essa restauração.

Deus nos deu a chave para a conclusão da obra em 1888 — a chave para o alto clamor da Mensagem do Terceiro Anjo. Com demasiada frequência e por muito tempo temos conseguido esconder essa chave. Ressoai a gloriosa mensagem da completa aceitação dos pecadores arrependidos pelos méritos de Jesus! A santificação acompanha a justificação, mas a base da aceitação completa nunca se modifica. A obediência, mesmo de verdadeiros crentes, sempre é manchada, pelo menos pelos "corruptos canais da humanidade" em que temos de habitar até que o Senhor venha. Sempre necessitamos do incenso da justiça de Cristo para tornar nossas orações, louvor e confissão "inteiramente aceitáveis". Quando o oferecermos a Deus, veremos respostas a nossas orações pelas poderosas atuações do Espírito de Deus entre nós e em Seu avanço, usando-nos como Seus instrumentos, para a conclusão da obra. (Ver **Mensagens Escolhidas**, livro I, pág. 344.)

Como povo de Laodicéia, abramos a porta do coração e deixemos o Salvador entrar. Ele possui tudo aquilo de que necessitamos. Podemos ser aperfeiçoados nEle. Não há outra maneira! 

ESTUDO BÍBLICO

O Significado Bíblico do Dízimo e das Ofertas

O DÍZIMO

1. Propriedade de Deus:

Lev. 27:30.

Por isso *devolvemos* o dízimo, porque é propriedade de Deus e Ele o reivindica como Seu.

2. Obediência ao pedido de Deus:

Mal. 3:10; Deut. 14:22.

Demonstra nossa obediência ao pedido específico de Deus. Por isso, do mesmo modo que em relação com o sábado, não temos a faculdade de escolher (mais do que a décima parte, ou menos, etc.).

3. Amor a Deus:

S. João 14:15; 15:10.

É o amor que nos leva a cumprir nosso dever ou responsabilidade para com Deus.

4. Deus aceita tanto o bom como o mau:

Lev. 27:32 e 33.

Deus Se preocupa não tanto com a qualidade como com a quantidade. Com a parte que Ele reivindica como Sua.

NOTA: É comum entre as denominações cristãs afirmar que o dízimo é o guia bíblico mais seguro para estabelecer o mínimo de nosso dar aceitável a Deus. De modo simples, o autor demonstra que o ato de dar começa com as ofertas, e não com o dízimo.

AS OFERTAS

1. "Propriedade" do homem:

Deut. 16:10.

Deus permite que consideremos como "nosso" o que resta depois de devolver o dízimo. Disso podemos ofertar voluntariamente. Por isso *damos* ofertas.

2. Obediência ao critério de avaliação do homem:

Deut. 16:17.

Decidimos *quanto* iremos dar segundo a avaliação que fazemos das bênçãos recebidas de Deus. Por isso temos a faculdade da escolha.

3. Amor a Deus:

S. João 3:16; I S. João 3:16; S. João 15:13.

É o amor que vai mais além do amor que cumpre o dever ou a responsabilidade.

Assim como Jesus é a oferta divina que o Céu não estava obrigado a dar, nós também damos nossas ofertas para expressar um amor a Deus que vai mais além do cumprimento de nosso dever para com Ele.

4. Deus só aceita o que é *Perfeito:*

Lev. 22:21 e 22.

Deus Se preocupa com a qualidade das ofertas. Por isso, embora a repreensão de Deus em Malaquias seja por causa da retenção dos dízimos e das ofertas, a *grande censura* tem que ver com a *qualidade* das ofertas: Mal. 1:8.

Paulo Smith

*Diretor de Mordomia e
Desenvolvimento
da Assoc. Geral.*

O Casamento: Contrato Social ou Concerto Divino?

João B. Youngberg e Luís del Pozo

O Dr. João B. Youngberg é professor associado de Educação Religiosa na Universidade Andrews, Berrien Springs, Michigan. Ele e sua esposa Millie dirigem seminários e congressos sobre o matrimônio e a família, patrocinados pela Universidade Andrews e pelo Serviço Lar e Família da Associação Geral. Luís del Pozo é professor de Teologia no Colégio da União Incaica, Lima, Peru, e está estudando para alcançar o grau de Doutor em Educação Religiosa pela Universidade Andrews.

"Eu queria uma boa porção, e obtive uma porção grosseira; agora quero uma nova porção!"

Essa parece ser a maneira pela qual muitas pessoas encaram o seu casamento hoje em dia. Um terço a dois terços dos casamentos contraidos nos Estados Unidos terminam em divórcio. A condição da Igreja é um pouco melhor neste sentido do que a da sociedade em geral, mas a vantagem está se tornando cada vez menor à medida que o divórcio efetua crescentes incursões nos lares cristãos. Por quê? Temos a convicção de que há uma relação direta entre o modo como as pessoas encaram o matrimônio e o índice de divórcio. O casamento é um contrato social ou um concerto divino-humano?

A falecida antropologista Margaret Mead sugeriu que em vista do fato de que o casamento não está surtindo efeito, talvez convenha que seja abolido. Se ele fosse originariamente uma instituição humana, talvez tivéssemos de procurar alguma outra espécie de vínculo social para substituir o casamento. Mas, se o casamento é uma instituição divina, o quadro muda de aspecto. Se o casamento social não está surtindo efeito, talvez convenha experimentar o matrimônio cristão. "Não é o caso de o casamento ter

sido provado e achado em falta. Neste mundo do século vinte, o verdadeiro matrimônio faz muita falta, mas em grande parte não é experimentado." □

A teoria dos contratos sociais diz que se uma das partes deixa de cumprir suas obrigações, quebrou o contrato, e, portanto, o contrato deixou de existir. Ambas as partes estão livres agora para firmar outros contratos. A ênfase, aí, é sobre os direitos das pessoas envolvidas. A relação depende de cada um cumprir as obrigações do contrato. Se, no entanto, o casamento é um concerto feito com o próprio Deus, prometendo fidelidade dentro de nossas limitações pecaminosas, e se Deus promete conceder-nos a dedicação e a habilidade para manter a relação, então estamos lidando com uma entidade muito diferente de um contrato social. Semelhante concerto, embora fustigado pelas tormentas da vida, pode superá-las e encontrar abrigo num porto seguro do outro lado.

A teoria do concerto diz que o casamento é mais do que um acordo entre duas pessoas; Deus é uma das partes do concerto matrimonial. O guia normativo para a relação matrimonial é, portanto, o concerto de *Yahweh* com Seu povo. A palavra hebraica *chesed* é usada cerca de trinta vezes

no Antigo Testamento, e significa amor convencional, benignidade, amor comprometido; transmite a idéia de estabilidade e solidariedade. Deus não permite que até mesmo graves pecados destruam Seu amor pelo pecador nem anulem Suas promessas do concerto com aquele que busca o perdão. Assim, o marido e a esposa devem cumprir suas promessas um para o outro por meio de amor perdoador. O enfoque aí está em Deus e no que Ele faz pelo casal cujo amor promana de Seu amor incondicional.

A Bíblia ensina que o casamento é meramente um contrato social, ou afirma que ele faz parte de um concerto estabelecido com o próprio Deus?

Concerto — Assunto Bíblico Fundamental

O concerto, selado entre o Pai e o Filho antes da fundação do mundo, sempre teve como seu alvo total harmonia e unidade. "Na mente lhes imprimirei as Minhas leis, também no coração lhas inscreverei; Eu serei o seu Deus, e eles serão o Meu povo." Jer. 31:33. O concerto é a metáfora dominante para a fé bíblica, □ o meio de compreender a personalidade e as relações humanas. Encara a personalidade humana e

as relações características com os outros como estando definitivamente fundadas numa Fonte de inabalável poder.

Concerto (heb. *berith*) é uma palavra comum no Antigo Testamento. Refere-se a uma grande variedade de acordos, [3] incluindo a aliança entre dois amigos (I Sam. 18:3); dois governantes (I Reis 5:12); o rei e seus súditos (II Reis 11:4); ou entre Deus e Noé (Gên. 6:18), Abraão (II Reis 13:23) ou Davi (Jer. 33:21). Estes últimos concertos foram feitos claramente entre um superior e inferiores. No entanto, o acordo sempre envolvia alguma relação — quer dum ser humano com outro, quer dum Ser Divino com um ser humano. Concerto é uma afirmação de que nossa vida depende de outros e, de maneira especial, daquele que é o nosso Supremo Senhor e que deseja maior bem para nós do que nós mesmos.

Três textos ilustram a idéia de concerto e casamento. A primeira do concerto matrimonial de Deus com Seu povo, e as outras duas se referem ao casamento humano como concerto divino.

"Dei-te juramento, e entrei em aliança contigo, diz o Senhor Deus; e passaste a ser Minha." Ezeq. 16:8. Notai que Deus toma a iniciativa em Seu "casamento" com o Seu povo. E Ele que empenha a Sua palavra; nós respondemos com amor. Notai também que o casamento de Deus conosco é chamado concerto. Essa passagem descreve vividamente a infidelidade do povo de Deus para com Aquele que verdadeiramente os ama (vs. 15-34). A despeito, porém, da volubilidade deles, Deus declara: "Eu Me lembrarei da Minha aliança, feita contigo nos dias da tua mocidade; e estabelecerei contigo uma aliança eterna.... Estabelecerei a Minha aliança contigo, e saberás que Eu sou o Senhor." Vs. 60 a 62. Nessa passagem Deus está ensinando algo sobre a salvação com a metáfora do casamento. Ele também nos ensina o segredo de bem sucedidas relações matrimoniais com a história da salvação.

O segundo texto fala da mulher estranha, "a qual deixa o amigo da sua mocidade, e se esquece da aliança [*berith*] do seu Deus" (Prov. 2:17). Muitos comentaristas desta passagem salientam que a expressão "aliança [ou concerto] do seu Deus" se refere à idéia geral da santidade do matrimônio, porque, segundo diz um deles, "o laço matrimonial tem a

sanção divina". [4] A referida expressão também envolve uma condenação do adultério e do divórcio por ofenderem o cônjuge humano e a Testemunha divina. Matthew Henry declara que o texto sugere que "Deus não somente é uma testemunha, mas uma das partes, pois Ele, havendo instituído a cerimônia, ouve quando ambos os nubentes prometem solenemente diante dEle ser leais um ao outro." [5] Assim Provérbios 2:17 estabelece o princípio da indissolubilidade do laço matrimonial. [6]

O profeta Malaquias escreveu: "O Senhor foi testemunha da aliança entre ti e a mulher da tua mocidade, com a qual tu foste desleal, sendo ela a tua companheira e a mulher da tua aliança [*berith*,



Arq. Casa

concerto]. "Mal. 2:14. Toda a passagem de Malaquias 2:10-16 trata da fidelidade contra a profanação do matrimônio como concerto. Esses versos apresentam explicitamente a Deus como testemunha entre o marido e a mulher de sua mocidade. A frase: "a mulher da tua aliança" equivale a "mulher à qual prometeste lealdade e

Três textos ilustram a idéia de concerto e casamento. O primeiro do concerto matrimonial de Deus com Seu povo, e os outros dois se referem ao casamento humano como concerto divino.

apoio". [7] Destarte, maus tratos ou infidelidade para com a esposa constituem, por sua própria natureza, uma ofensa contra Deus, pois Ele mesmo testemunhou a união. Semelhante procedimento torna o culto do indivíduo inaceitável a Deus. [8]

Ângelo Tosato diz que o propósito dessa passagem é censurar não somente os casamentos mistos de judeus com mulheres pagãs (vs. 11 e 12), mas também o divórcio (vs. 13-16). [9] Embora o divórcio fosse permitido sob a lei mosaica devido à dureza do coração das pessoas, por meio da mensagem de Elias (ver Mal. 4:5 e 6) Deus não pede endurecimento de coração, mas conversão.

Malaquias antecipa toda a ética do casamento cristão dada por Cristo quatro séculos mais tarde. "Porque o Senhor Deus de Israel diz que odeia o repúdio;... portanto cuidai de vós mesmos e não sejais infiéis" (Cap. 2:16). Tanto Malaquias (2:15) como Cristo (S. Mar. 10:5-12; S. Mat. 19:4-8) mantêm a indissolubilidade da relação matrimonial citando o argumento da Criação. (O ensino geral de Cristo é que o casamento é indissolúvel, ao passo que o relato de Mateus admite a possibilidade de uma exceção "por causa de fornicação".) O evangelho de Jesus Cristo tem em vista a restauração das relações edênicas.

Triplíce Concerto

No casamento bíblico há realmente um triplice concerto — dois de paridade e um de soberania.

Em primeiro lugar, o casamento é um concerto entre um homem e uma mulher que espontaneamente consentem em casar-se. É claramente insinuada a monogamia. Deus não criou duas ou três Evas para apresentá-las a Adão; Ele criou só uma. Assim como a nação de Deus se distinguiu entre as nações da antiguidade pelo seu monoteísmo, isto é, pela adoração de um só Deus que requeria inteira dedicação de todo o coração, alma e força (Deut. 6:4 e 5), o plano de Deus para o casamento era a monogamia — um só cônjuge ocupando um lugar sem rival no coração de sua amada ou de seu amado. Idolatria equivalia a adultério.

O marido e a esposa prometem "amar, honrar e proteger". Ambos prometem ser fiéis um ao outro no meio de todas as circunstâncias, incluindo a doença e a

saúde, a pobreza e a prosperidade, e quer as condições sejam boas ou más. Cada um deles faz um concerto de permanecer ao lado do marido ou da esposa com quem consentiu casar-se até que a morte desfaça semelhante união.

Em segundo lugar, o casamento é um concerto entre o casal e a sociedade. Os votos são proferidos na presença de testemunhas, a qual simboliza que a sociedade reconhece sua responsabilidade em guiar e ajudar o novo casal. Este último, por sua vez, concorda com a sociedade para viver junto de acordo com os preceitos de Deus e as leis do Estado.

Num congresso sobre a vida familiar, um pastor de Reno, Nevada, contou que um homem e uma mulher que passavam por essa cidade, provenientes de outro Estado, encontraram o seu nome na lista telefônica e insistiram que ele os casasse imediatamente. Depois de aconselhá-los durante algumas horas, o pastor recusou efetuar a cerimônia, a despeito das súplicas dos dois visitantes. Ele não os conhecia. Se fossem membros regulares em plena comunhão com a igreja, segundo afirmavam, seria muito mais apropriado que os componentes de sua igreja e seus conhecidos fizessem esse concerto com eles. A sociedade, seu círculo de amigos e outras pessoas de destaque deviam colocar o selo de aprovação sobre esse enlace matrimonial. O mesmo pastor recebeu a proposta de um generoso salário para realizar cerimônias matrimoniais numa capela anexa a um dos cassinos na cidade de Reno. Ele não aceitou a proposta.

No nível mais elevado e amplo, o matrimônio é um concerto entre um casal e Deus. Os votos são proferidos na presença do Senhor. Por meio de uma oração especial a bênção de Deus é invocada sobre esse enlace matrimonial.

A aliança matrimonial não se baseia num concerto de obras composto do que os cônjuges prometem fazer um para o outro, mas em "superiores promessas" (ver Heb. 8:6) — a saber, o que Deus fará neles para mútuo benefício e para o bem da humanidade. Eles cometerão erros, mas o perdoador e incondicional amor do concerto (*chesed*) que recebem de Deus restaurará e fortalecerá sua relação. O drama de amor representado por Deus na história de Israel, Sua esposa, deve servir



Arq. Casa

No casamento do Éden, foi Deus quem tomou a iniciativa.

de padrão para seu concerto matrimonial.

Característicos do Concerto Matrimonial

O Prof. e Dr. G. R. Dunstan, editor de *Review Theology*, realça cinco característicos do concerto ou aliança matrimonial: iniciativa, juramento, mandamentos, bênção e sacrifício. □

1. Iniciativa. O primeiro é uma iniciativa de amor, convidando uma resposta e criando assim uma relação entre o pretendente e a pessoa amada. Deus toma a iniciativa em Sua relação de amor com os seres humanos. Ele declara: "Com amor eterno Eu te amei" (Jer. 31:3), e então revela o segredo da nova relação do concerto: "Na mente lhes imprimirei as Minhas leis, também no coração lhas inscreverei." V. 33.

No casamento do Éden, foi Deus quem tomou a iniciativa, apresentando Eva a Adão. Deus criou o casamento e originou a

O Dr. G. R. Dunstan, editor de *Review Theology*, realça cinco característicos do concerto ou aliança matrimonial: iniciativa, juramento, mandamentos, bênçãos e sacrifício.

instituição. O cristão que pretende casar-se hoje em dia também pode reivindicar a orientação e a iniciativa providencial de Deus para encontrar a companheira certa.

Quando as coisas vão mal no casamento, porque o amor e o poder de Deus não foram introduzidos na experiência matrimonial, o Senhor toma novamente a iniciativa enfocando Seu amor redentor na situação. Mas é necessário que um dos cônjuges seja o Seu intermediário na renovação da relação do concerto. Uma senhora que viera estudar na América do Norte ficou perplexa quando o marido telefonou para ela um dia antes do tempo programado. A mensagem era curta e incisiva: ele queria o divórcio. Aconselhamento, mediação ou mesmo troca de idéias estava fora de cogitação. Acabrunhada, ela fez a única coisa que o amor podia fazer: abandonou seu programa de estudos e voou para casa a fim de comunicar ao marido que ainda o amava.

No caso de uma crise matrimonial em que um dos cônjuges foi infiel e está convicto do pecado, ou pior ainda, não se mostra arrependido, a parte ofendida deve tomar a iniciativa na renovação e restauração do concerto. O povo de Deus no Antigo Testamento quebrou o concerto com Ele, embora Deus fosse o "marido" dessa gente (ver Jer. 31:32). Em vez de abandoná-los, Ele retorna com uma nova iniciativa de reconciliação e poder impelente para guardarem o concerto. Ele diz: "Eu serei o seu Deus, e eles serão o Meu povo."

2. Juramento. A relação, uma vez iniciada, torna-se permanente por meio de um juramento. Quando Deus estabeleceu Seu concerto com Israel Ele fez primeiro uma promessa e então a confirmou com um juramento (ver Heb. 6:15-18). Quando alguém diz à pessoa amada que promete amá-la, está fazendo uma coisa muito séria. E quando o confirma por um juramento nos votos matrimoniais, com a ajuda de Deus isso se torna imutável até que a morte os separe. "Quando um homem fizer voto ao Senhor, ou juramento para obrigar-se a alguma abstinência, não violará a sua palavra; segundo tudo o que prometeu, fará." Núm. 30:2.

3. Mandamentos. O terceiro característico do concerto diz respeito aos mandamentos ou leis que governam a relação. His-

toricamente, a lei foi uma *consequência*, não uma condição do concerto. Deus não firmou um concerto com pessoas não resgatadas. Primeiro Ele as remiu, salvando-as da servidão, e então, como consequência de Seu amor remidor, pediu-lhes que obedecessem a Sua palavra. Esta é a grandiosa mensagem de Êxodo 20:2: "Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão." Agora, visto que Eu te remi, não terás outros deuses diante de Mim, celebrará a lembrança semanal de Meu amor, não cometerás adultério, etc.

A lei é um guia para a cidadania dentro do concerto remidor que nos foi dado por nosso Senhor e Salvador. A comunhão com Jesus transformará nosso estilo de vida em total conformidade com a lei do concerto. Se, devido à fragilidade humana, alguém cair, o amor remidor deve iniciar a restauração do concerto.

Talvez nenhum drama da Palavra Sagrada ilustre melhor como lidar com o cônjuge culpado do que o relato de Oséias. Gômer não somente estava transgredindo os preceitos matrimoniais, mas também dilacerando um coração. Oséias foi em sua procura e resgatou-a do mercado da prostituição pela metade do preço de um escravo. Trouxe-a de volta, a fim de amá-la, e com a determinação de que ela não o abandonasse outra vez. Não é assim que o Senhor tem lidado conosco nas inúmeras vezes em que temos transgredido os Seus mandamentos e dilacerado o Seu coração?

4. Bênçãos. O quarto característico do concerto é a promessa de bênçãos àqueles que permanecem fiéis ao concerto. Deuteronômio 28 fala de muitas bênçãos materiais; o Novo Concerto de Jeremias 31 promete bênçãos espirituais.

As bênçãos do concerto ou aliança matrimonial não são devidamente avaliadas por critérios materiais. A felicidade não pode ser avaliada em dólares ou cruzeiros. Aflições e lágrimas partilhadas em conjunto podem ser algumas das maiores bênçãos que nos é dado receber. Participar juntos na criação de origem divina, de modo que nosso amor produza alguém como nós mesmos é uma inestimável bênção. Unir-se a Deus em ajudar a remir um ao outro, partilhar do perdão mútuo e encontrar juntos o caminho para a casa de nosso Pai celestial —

A aliança matrimonial faz parte do eterno concerto de Deus, no qual Ele inscreve Sua lei em nosso coração, remove nosso coração de pedra e nos dá um coração de carne que possa amar como Deus ama.

estas constituem algumas das bênçãos da aliança matrimonial.

5. Sacrifício. A fim de ratificar o Velho Concerto houve a morte de uma vítima do reino animal. Esse sacrifício devia ser oferecido continuamente, dia a dia, e anualmente no Dia da Expição. O Novo Concerto também foi ratificado por um sacrifício, no Calvário. Ali Jesus depôs Sua vida vicariamente por toda a humanidade. O ingresso no concerto ou aliança matrimonial também é assinalado por sacrifício; [] deve haver uma morte da infantil dependência do pai e da mãe, uma morte das liberdades e regalias de solteiro e de certos direitos de autodeterminação. O casamento requer este sacrifício para sua continuação — essas diversas espécies de morte, e a dedicação do coração, mente e corpo no mú-

Arq. Casa



tuó ministério do matrimônio.

O verdadeiro problema com o divórcio não está tanto no próprio ato do divórcio, como na relutância em permitir que Deus opere a restauração por Seu amor que redime. O eterno concerto de Deus destina-se a reintegrar-nos na ininterrupta comunhão com nosso Criador e Redentor. Como faltosos seres humanos, sujeitos a muitos pecados e deficiências, somos nutridos, perdoados, reconduzidos ao caminho certo e incentivados no trajeto em direção ao Céu. No casamento, temos o privilégio de estabelecer um concerto, ajudando a outro faltoso filho de Deus, perdoadando um ao outro, procurando superar nossos defeitos, rindo e, às vezes, chorando ao viajarmos juntos para a casa de nosso Pai.

A cultura hodierna dá a entender que o casamento se baseia num simples contrato civil que pode ser invalidado pelo traço de uma pena. Na realidade, porém, a aliança matrimonial faz parte do eterno concerto de Deus, no qual Ele inscreve Sua lei em nosso coração, remove nosso coração de pedra e nos dá um coração de carne que possa amar como Deus ama. Semelhante concerto ou aliança matrimonial constitui a própria pedra angular da família cristã e deve manifestar, mais do que qualquer outra coisa, o desdobramento da história da salvação contemporânea perante um mundo expectante. []

Bibliografia

1. Richard Lessor, *Love, Marriage and Trading Stamps*.
2. Walter Brueggemann, "Covenanting as Human Vocation: A Discussion of the Relation of Bible and Pastoral Care", *Interpretation*, vol. XXXIII, nº 2 (abril de 1979), pag. 115.
3. Collin Brown, ed., *New Testament Theology*, 3 vol., 1:365.
4. Crawford H. Toy, *A Critical and Exegetical Commentary on the Book of Proverbs, The International Critical Commentary*, vol. 16, pag. 47.
5. *Matthew Henry's Commentary on the Whole Bible*, vol. III, *Job to Song of Solomon*, pag. 801.
6. W. J. Deane e S. T. Taylor-Taswell, *The Pulpit Commentary*, vol. 9, pag. 41.
7. John Merling Powis Smith, *A Critical and Exegetical Commentary on the Book of Malachi, The International Critical Commentary*, vol. 26, pag. 53.
8. Robert Althann, "Malachi 2, 13, 14 and OT 125, 12, 13", *Biblica*, 58, nº (1977), pags. 420 e 421.
9. Angelo Tosato, "Il Repudio: Delito e Pena (Mal. 2:10-16)", *Biblica*, 59, nº 4 (1978), pag. 552.
10. G. R. Dunstan, "The Marriage Covenant", *Theology*, vol. LXXVII (maio 1975), 244-252. Este número é inteiramente dedicado à questão do casamento, sob o título geral: "On the Marriage Bond". (Os cinco pontos são seus, as considerações são principalmente nossas próprias.)
11. G. R. Dunstan, *Art. cit.*, pag. 250.

O Papel de Ellen G. White na Formação Doutrinária

Ron Graybill

Para os Adventistas do Sétimo Dia a única norma, regra e suprema autoridade doutrinária é a Bíblia. Todas as outras autoridades são secundárias. Ellen White escreveu: "Deus terá sobre a Terra um povo que mantenha a Bíblia, e a Bíblia só, como norma de todas as doutrinas e base de todas as reformas." — *O Grande Conflito*, pág. 594. "A Bíblia, e a Bíblia tão-só, deve ser nosso credo, o único laço de união... Ergamos o estandarte no qual está escrito: A Bíblia, nossa regra de fé e disciplina." — *Mensagens Escolhidas*, livro 1, pág. 416.

Neste artigo a palavra "doutrina" é usada no sentido de "doutrina da Igreja". Semelhante doutrina freqüentemente se encontra numa declaração das Crenças Fundamentais da igreja. Constitui a exposição sistemática, o sumário, a ênfase e a organização das verdades divinas *por parte da Igreja*. Assim, a "doutrina" expressa a compreensão que a Igreja tem de Deus, de Sua vontade e de Seus caminhos.

O primeiro passo na formação doutrinária é procurar compreender a Bíblia por meio da exegese. O esforço da exegese é determinar, da melhor maneira possível, o que o autor queria dizer e o que seus primeiros leitores entenderam quando leram suas palavras com a mente tornada impressionável pelo Espírito Santo: Até mesmo na literatura apocalíptica, procuramos estabelecer exegeticamente o que a linguagem, a forma, a história e o contexto permitem. É no processo exeético que se deve deixar que a Bíblia seja seu próprio intérprete. Ao fazer exegese, deixamos de lado, tanto quanto possível, nossas idéias preconcebidas acerca do que a Bíblia quer dizer, no sentido de que silenciemos nossos desejos pessoais a respeito do

resultado da interpretação. Procuramos aprender as questões que determinado autor tentava responder, os pontos e os problemas que ele estava enfrentando, e o conceitos e os métodos que tinha à sua disposição ou procurar solucionar esses problemas.

A lingüística, a História, a identificação de formas literárias e cuidadosa atenção ao contexto — todos desempenham importante papel no processo exeético. Os que são versados no uso desses instrumentos exeéticos são indispensáveis à Igreja. Sem dúvida, as pessoas comuns podem obter conhecimento para a salvação da Bíblia. No entanto, essas mesmas pessoas são devedoras a peritos que, comparando antigos manuscritos num processo conhecido como crítica textual, se esforçam por estabelecer o texto original da Bíblia mais acurado. As pessoas comuns também são devedoras aos lingüistas que traduziram esses manuscritos antigos para as línguas modernas. Neste sentido, o conhecimento e a compreensão que as pessoas comuns têm da Bíblia dependem do trabalho de eruditos bíblicos e podem ser aumentados ainda mais por suas contínuas contribuições.

Cumpre lembrar que a Bíblia, embora escrita em palavras humanas, continua sendo a Palavra de Deus. Por isso, o exegeta, ao empregar sua proficiência técnica, precisa rogar a orientação do Espírito tanto quanto os participantes em qualquer outra etapa do estudo da Bíblia e da formação doutrinária.

Este processo exeético não produz, porém, a doutrina da Igreja. Apenas constitui o indispensável passo inicial na formação doutrinária porque estabelece nossa compreensão fundamental de nossa suprema autoridade

doutrinária, as Escrituras Sagradas. O processo exeético elucida os ensinamentos da Bíblia em toda a sua multiplicidade. A clareza e a ênfase desses ensinamentos variam de um escritor bíblico para outro, e mesmo dentro da obra dos autores individuais. Além disso, nem todos os ensinamentos da Bíblia são usados pela Igreja na formação doutrinária. Por exemplo, embora a Bíblia ensine a bondade para com os animais, não fizemos desse ensino uma de nossas "Crenças Fundamentais". Para o Exército da Salvação, porém, a bondade para com os animais faz parte da doutrina da Igreja.

Ao dizer que os resultados da exegese não são doutrina, asseveramos que doutrina não é meramente uma nova exposição da Escritura em termos contemporâneos. A doutrina não se relaciona com a Escritura como a tradução de um documento se relaciona com o original escrito numa língua diferente. Uma analogia mais precisa, embora imperfeita, seria a relação entre as leis de um país e a constituição de seu governo. A constituição enuncia objetivos e assuntos, e impõe limites a possíveis leis, mas legisladores vivos formam as leis, apelando para necessidades contemporâneas e fatos recém-compreendidos, bem como para os objetivos e assuntos da constituição. A analogia é imperfeita porque há muitas doutrinas que procedem da exegese, com bem pouca influência interpretativa evidente por parte da Igreja. Além disso, toda doutrina precisa ter uma autorização e justificação exeética na Escritura. Isto significa que embora possa ser promulgada alguma lei não proibida na constituição, só podem ser adotadas doutrinas expressas ou insinuadas na Escritura.

O segundo passo na formação doutrinária é dado na obra teoló-

gica da Igreja. Destarte, há tanto uma fase exegética como teológica na formação doutrinária. A teologia abrange, pelo menos em parte, a comparação de uma mensagem, de um autor e de um ensino com outros. À medida que esse estudo for prosseguindo, surgirão com clareza certos temas. Cristo é visto como a suprema auto-revelação de Deus e o assunto unificador de toda a revelação bíblica. Baseando-se na obra exegética da igreja, há um encargo teológico que procura harmonizar as aparentes contradições da Escritura, para determinar a relativa significação de vários ensinamentos bíblicos, para identificar assuntos unificadores e para expressar a resultante interpretação doutrinária da Igreja.

Visto que reconhecemos a necessidade e a inevitabilidade dessa etapa teológica, seria ingênuo de nossa parte afirmar que a Bíblia é a influência "exclusiva" na formação da doutrina da Igreja. A Escritura é certamente a única autoridade normativa; porém, mesmo em questões de "fé" é a Igreja viva que decide — por exemplo — como equilibrar os ensinamentos dos Evangelhos, das Epístolas de Paulo, do livro de Tiago e do Apocalipse sobre tais assuntos como fé, obras e julgamento. Em questões "práticas", uma igreja que usa a Bíblia como sua autoridade "exclusiva" não estaria em condições de pedir que seus membros se abstivessem do uso do fumo, pois a Bíblia não menciona o tabaco em parte alguma. A Bíblia contém princípios de vida saudável, mas há casos em que a ciência, interpretada pela Igreja viva, tem um papel a ser desempenhado.

Nessa etapa teológica da formação doutrinária, a Igreja — qualquer igreja, sociedade religiosa ou congregação — emprega vários meios extrabíblicos, tais como os escritos de respeitados fundadores e teólogos, bem como decisões anteriores sobre questões doutrinárias por parte da Igreja. Um dos melhores auxílios para os Adventistas do Sétimo Dia são os escritos do Espírito de Profecia induziu Ellen G. White a redigir. Seus escritos têm sido instrutivos e proveitosos nos esforços da Igreja para formular suas doutrinas. Ela proporciona ajuda, orientação e discernimento à Igreja nesse processo.

Isso não significa que Ellen White é uma "teóloga" ou "exegeta". A não ser em raros casos, ela

O papel profético da Sra. White no âmbito doutrinário é formativo, não normativo.

não nos proporciona exegese no sentido técnico, nem os instrumentos necessários para efetuá-la. Raoul Dederen expressou-o muito bem, nestes termos:

"Como intérprete da Bíblia, a parte mais característica de Ellen G. White foi a de um evangelista — não a de um exegeta, nem a de um teólogo, como tais, mas a de um pregador e a de um evangelista.... Os modos profético e exortativo eram mais característicos de sua pessoa do que o exegético.... As pessoas a quem ela estava pregando ou escrevendo eram mais o objeto de sua atenção do que as pessoas específicas às quais se dirigiram os escritores bíblicos individuais." — "Ellen White's Doctrine of Scripture", *Are There Prophets in the Modern Church?* (Suplemento da revista *Ministry*, julho de 1977), pág. 24H.

O caso é simplesmente que na formação doutrinária, nem os exegetas nem os teólogos são suficientes por si mesmos. Nem mesmo juntos podem eles formular a doutrina da Igreja, pois essa doutrina expressa a compreensão de toda a Igreja, e não só as interpretações de esmerados peritos ou talentosos dirigentes nesses setores. O fato de que a própria vocação particular da Sra. White era a de um profeta denota que seu papel não é meramente devocional ou pastoral, nem exegético ou teológico, mas profético. Embora seu ministério apresente elementos de todas essas outras funções, é separado e distinto delas. A autoridade profética tem competência para aplicar a mensagem de Deus aos problemas fundamentais da existência humana, para devassar a perversidade humana e para acentuar as possibilidades humanas em Cristo. Um profeta pode argumentar teologicamente, fazer pondera-

ções devocionais e atender pastoralmente ao povo de Deus, mas sua mensagem comumente é mais incisiva do que a de um pastor, mais desafiadora do que a de um escritor devocional, mais cativante do que uma formulação teológica e mais relevante do que uma exposição exegética.

O papel profético da Sra. White no âmbito doutrinário é formativo, não normativo. Quando a Igreja se empenha em sua tarefa teológica de formular os resultados da exegese, transformando-os em doutrina, ela acolhe de bom grado a influência profética ao decidir expor e salientar certos ensinamentos da Escritura, e não outros. Assim, a Sra. White não prova para nós que o sétimo dia é o sábado, nem constitui o padrão ou a norma para essa crença; mas, salientando a importância do sábado em nossa relação com Deus, ela nos estimula a dar especial atenção a esse ensino da Escritura.

Creemos que a revelação e inspiração da Bíblia e dos escritos de Ellen White são de igual qualidade. A supervisão do Espírito Santo foi tão cuidadosa e esmerada num caso como no outro. Há, porém, uma clara distinção entre a autoridade normativa da Escritura e a autoridade formativa dos escritos da Sra. White em nossa Igreja. Por que essa distinção? Em primeiro lugar, Ellen White colocou unicamente a Bíblia na categoria de "norma" e "regra" de doutrina. Então há razões práticas para fazer a distinção. Só abstando-nos de usar Ellen White como autoridade normativa na doutrina podemos esperar enfrentar outros cristãos numa base comum e esperar que vejam a validade de nossas doutrinas. Depreende-se, portanto, que mesmo dentro da Igreja não se deve fazer da Sra. White o recurso final de apelação em questões de doutrina, pois isso equivaleria a ter um padrão de doutrina para ingressar na Igreja, e um padrão diferente depois de fazer parte dela.

Podemos acrescentar outra razão prática por que não ousamos fazer de Ellen White o árbitro final em questões doutrinárias. O vasto acervo de assuntos sobre os quais ela escreveu, o grande volume de sua produção literária, e o fato de que ela emprega ou comenta tão ampla proporção de todos os versos da Escritura tornam extremamente difícil, na vida prática, deixar de atribuir-lhe um papel mais importante do que

a algum escritor bíblico, na formação da doutrina. Ela simplesmente teve muito mais que dizer sobre todos os assuntos doutrinários do que qualquer escritor bíblico individual. Destarte, se os seus escritos forem usados para pôr fim a todas as disputas doutrinárias, é quase impossível manter a Bíblia como a autoridade normativa na doutrina. Os escritos de Ellen White inspirados pelo Espírito de Profecia certamente não devem ser desprezados nas considerações doutrinárias. Eles nos proporcionam valioso discernimento na mensagem da Escritura, e acentuam a importância de certos assuntos e verdades. Em última análise, porém, os debates precisam ser encerrados apelando unicamente para a Escritura. No caso de Ellen White, existe a tendência de conceder-lhe mais autoridade prática do que aos escritores bíblicos individuais por que ela escreveu mais a respeito da Bíblia do que qualquer escritor bíblico individual. Essa tendência pode conduzir-nos a uma situação em que a autoridade canônica seja realmente menos importante para nós do que a autoridade confirmatória.

A legítima função da Sra. White em relação com a Bíblia deve estar de acordo com aquilo que ela mesma proclamou a esse respeito. A dificuldade está na aparente diferença de compreensão de seu propósito num conjunto de declarações para outro. Por um lado, a Sra. White fez menção do propósito de seus "testemunhos" — um termo genérico atribuído a todos os seus conselhos. Em relação com a Bíblia eles devem:

"guiar os homens à Bíblia" (Ev. 257)

"conduzir homens e mulheres de volta à negligenciada Palavra de Deus" (2T 455)

"chamar a atenção para a Palavra de Deus" (LS 199)

"gravar a verdade bíblica na mente" (LS 199)

"simplificar as grandes verdades já transmitidas na Palavra de Deus" (LS 199)

"exaltar a Palavra de Deus" (2T 606)

"proporcionar mais clara compreensão da Palavra de Deus" (4T 246)

"gravar no coração verdades já reveladas" (2T 660-1) e

"estar em harmonia com a Palavra de Deus" (TM 402)

A Sra. White declara que os seus testemunhos nunca devem

Aplicamos o conselho e testemunho da mensageira do Senhor a todas as etapas do processo de formação doutrinária — não como autoridade final, mas como fonte de influência e discernimento.

ser postos na frente da Bíblia (Ev. 256), nem ser "um acréscimo à Palavra de Deus" (4T 246); não visam a "proporcionar nova luz" (LS 198-199), nem devem "ocupar o lugar da Bíblia" (5T 663-8). Todas essas declarações se ajustam a um molde que subordina claramente a autoridade de Ellen White à autoridade da Escritura.

Por outro lado, há declarações em que ela parece reivindicar, em virtude de sua inspiração, o direito de "definir" e "especificar" o significado da Escritura. Ela diz que seus escritos sobre questões doutrinárias são essencialmente destituídos de erro: "Há uma retilínea cadeia de verdade, sem uma só frase herética, naquilo que escrevi" (3SM 52). Assegura-nos que os testemunhos "jamais contradizem a Palavra [de Deus]" (3SM 32). Lembrava-se frequentemente dos primeiros tempos em que o "poder de Deus" vinha sobre ela, habilitando-a "a definir claramente o que era verdade ou erro" (OE 302). Quando os irmãos não conseguiam ir mais adiante naquelas antigas conferências bíblicas, ela era "instruída a respeito da relação dum texto bíblico com outros". Assim, diz ela, "muitas verdades da mensagem do terceiro anjo foram estabelecidas ponto a ponto" (3SM 38). Até mesmo trechos de seus diários deviam ser publicados porque continham "luz" e "instrução" que foram dadas "para corrigir erros capciosos e para especificar que é verdade" (3SM 32). "Sou grata — escreveu ela ao evangelista W. W. Simpson — por que a instrução contida em meus livros estabelece a verdade presente para este tempo. Estes livros foram escritos sob a demonstração do Espírito Santo." — *Carta 50*, 1906.

Essas últimas declarações nos advertem especialmente de que os comentários da Sra. White sobre a Escritura não podem ser considerados levemente se queremos acatar sua autoridade da maneira como ela a compreendia. Mas, diante dessas declarações, podemos ver também por que alguns acham difícil crer que nossas doutrinas, em última análise, estão baseadas na Bíblia e não em Ellen White. Nossos primeiros críticos tiveram mais ou menos o mesmo problema. Tendo lido o relato de Ellen White sobre como sua visão ajudou a resolver as divergências entre os irmãos reunidos na conferência de Volney, Nova Iorque, em 1848 (2SG 98-99), eles sintetizaram desdenhosamente o incidente, dizendo: "Havia uma diversidade de opiniões; a irmã White viu que eles precisavam abandonar suas divergências e unir-se, e fizeram isso." — J. N. Loughborough, "Reminiscências do Passado — N.º 12", *Review and Herald*, vol. 62 (3 de março de 1885), pág. 138. Esse pioneiro protestou contra essa interpretação. "Aqueles pessoas — diz ele — não renunciaram a suas divergências simplesmente porque a irmã White disse que deviam fazê-lo, e, sim, porque na mesma visão lhes foram indicadas claras afirmações da Escritura que refutavam suas falsas teorias, sendo-lhes apresentado, em contraste com isso, uma reta e harmoniosa sucessão de verdades bíblicas." — *Ibidem*.

Loughborough não esteve na referida reunião, mas a sua interpretação em 1885 merece séria consideração. Será que as declarações de Ellen White mencionadas mais acima podem ser interpretadas sob o mesmo aspecto? Se não, deparamos com intolerável tensão quando Ellen White afirma, por um lado, que nossas crenças precisam ser estabelecidas pela Bíblia e só pela Bíblia, e, por outro lado, assevera que seus escritos provêm a suprema confirmação de nossas doutrinas.

Visto que cremos que a Sra. White recebeu revelações da mesma qualidade, embora diferentes em propósito e função, que as revelações recebidas pelos escritores bíblicos, aplicamos seu conselho e testemunho a todas as etapas do processo de formação doutrinária — não como autoridade final, mas como fonte de influência e discernimento. Para que possamos fazê-lo da maneira mais eficaz, proveitosa e unificadora, também precisamos fazer

dos escritos de Ellen White objeto de diligente estudo. Nem todos os membros de igreja são convidados a empenhar-se nos aspectos mais esmerados desse estudo, como também nem todos os membros de igreja são convidados a ser grandes eruditos. No entanto, isto não torna desnecessários os esforços de alguns que querem dirigir-se a maiores profundezas no estudo desses escritos.

Muitas das técnicas empregadas no estudo da Bíblia também são úteis, em forma modificada, no estudo dos escritos de Ellen White. Ainda existe considerável quantidade de rascunhos escritos por ela. Esses rascunhos escritos à mão podem ajudar-nos a compreender melhor o que Ellen White tinha em mente ao estar escrevendo. Durante sua vida, alguns de seus ajudantes literários tinham considerável latitude na revisão dos materiais escritos por ela. O trabalho deles era muito mais significativo do que o de um revisor que meramente cuida de questões mecânicas e técnicas. A Sra. White, naturalmente, reservava para si o direito da aprovação final do que eles preparavam. Assim, tanto o original escrito à mão como o rascunho concluído, de qualquer manuscrito de Ellen White, constituem textos igualmente válidos. O objetivo dessa análise textual dos escritos de Ellen White, por conseguinte, é descobrir a extensão do possível significado de determinado trecho ou restabelecer nuances perdidas, de preferência a determinar qual é o verdadeiro texto original.

Tem-se declarado que a compreensão "da Bíblia e das atividades de Deus", por parte da Sra. White, cresceu com o passar do tempo. Portanto, convém estudar todos os seus escritos, publicados e não publicados, em sua seqüência cronológica para acompanhar o desenvolvimento e a variação de diversos conceitos.

Visto que a Sra. White não costumava usar extensas citações de fontes literárias, será proveitoso identificar, na medida do possível, todas essas fontes. O sentido do texto muitas vezes pode ser elucidado comparando e contrastando o que ela escreveu com a fonte da qual extraiu suas expressões e idéias. Precisamos ver o que ela decidiu usar em contraste com o que preferiu não usar de determinado autor ou determinado trecho, e perguntar por que escolheu certo material.

Nalguns lugares em que não colocaríamos nenhum versículo da Bíblia, Ellen White se dava ao trabalho de sentar-se junto à mesa e copiar palavra por palavra de um longo trecho da Bíblia. Que significa isso?

A medida que as fontes pertinentes se vão tornando mais acessíveis, podemos começar significativamente nosso estudo de alguns assuntos específicos que serão úteis para estabelecer a devida relação entre a autoridade profética de Ellen White, a autoridade de exegetas e teólogos, e a autoridade da própria Escritura, na formação da doutrina. Precisamos de abrangente e metuciloso exame de todas as declarações de Ellen White sobre a Escritura, que foram ou não publicadas. Precisamos estudar o que ela diz sobre a hermenêutica, inspiração, autoridade e utilidade da Escritura. Isto deve ser efetuado, em primeiro lugar, no contexto cronológico, a fim de descobrir desenvolvimentos em seus ensinamentos. Em segundo lugar, deve ser efetuado no contexto histórico, comparando e contrastando o que ela escreveu com o que outros estavam escrevendo e pergando ao seu redor. Por exemplo, ela viajou e pregou com G. B. Starr na Nova Zelândia, durante um tempo em que ele atacou vigorosamente a alta crítica. Os sermões de Starr foram publicados num jornal local e podem ser comparados com os próprios comentários da Sra. White sobre a alta crítica, para ver quais os pontos em que ela concordou, discordou ou permaneceu silenciosa.

Também importa dizer alguma coisa sobre um "elevado" conceito da Escritura, nos escritos de Ellen White, situado fora do âmbito das considerações acerca da inspiração propriamente dita. Isso tem que ver com suas declarações a respeito da utilidade da Escritura. Ela atribui grande poder à Bíblia. Esta é mais do que

meramente uma fonte de corretas idéias religiosas. Pode aumentar a capacidade intelectual e suprir todas as outras necessidades emocionais, espirituais e mesmo físicas da humanidade. Este conceito sobre a Escritura envolve alguma coisa acerca de sua inspiração, mas não constitui um comentário direto sobre isso.

Precisamos estudar não somente o conceito de Ellen White sobre a utilidade da Escritura, mas dar também mais atenção ao uso que ela faz da Bíblia. Sabemos que ela usou a Escritura de diversas maneiras, mas raras vezes se empenhou no que chamaríamos de exegese. Há, porém, algo mais do que isso. Ellen White tinha a tendência de incluir longos trechos da Escritura em seus escritos. Em muitos casos esses trechos foram copiados por extenso em seus manuscritos originais. Que isto indica de seu conceito sobre a Escritura? Nalguns lugares em que não colocaríamos nenhum versículo ou frase da Bíblia, ou onde simplesmente poríamos uma referência em nossos escritos, Ellen White se dava ao trabalho de sentar-se junto à mesa e copiar diligentemente palavra por palavra de um longo trecho da Bíblia. Que significa isso? Denota o desejo de colocar-se em segundo plano e deixar que a Escritura fale por si mesma, ou é meramente um hábito que ajudava a encher páginas? Acho mais provável a primeira suposição. Fenômenos como esse nos advertem de que às vezes podemos estar fazendo perguntas inoportunas acerca da relação de Ellen White para com a Bíblia. Seja como for, antes de procurarmos sujeitá-la a categorias analíticas providas por críticos hostis, precisamos analisar sua relação para com a Bíblia de acordo com suas próprias afirmações, examinando tanto o que ela disse como o que fez.

Em suma, a Bíblia é nossa única norma e regra de doutrina. Ela é nossa suprema autoridade doutrinária. O primeiro passo para compreendê-la é a exegese. O processo exegético é seguido de um processo teológico. Neste processo, Ellen White, em virtude de sua autoridade profética, nos influencia ao transformarmos os resultados da exegese em doutrina. Seus escritos podem ser estudados com proveito, e ela continua sendo uma autoridade formativa na doutrina adventista. A Bíblia é a única autoridade normativa. ■

O Arquivo da Esposa do Pastor

Maria Cordido
Secretária da Divisão Sul-Americana.

Não pretendemos fazer uma análise exaustiva das técnicas de arquivo. Só desejamos apresentar algumas idéias que podem ajudar a formar um arquivo prático, ágil e pessoal, do material.

A esposa do pastor necessita de um arquivo próprio? Esta é uma decisão que cada uma deverá tomar. Muitas esposas de pastores pensam que, para tais assuntos como doutrina, teologia, informações da atualidade, etc., não precisam ter um arquivo separado do de seu esposo, e somente classificam e arquivam o material de evangelismo infantil ou outro de seu especial interesse. Outras preferem ter seu próprio material e realizar seu próprio arquivo, classificando e guardando todo o material com um critério pessoal.

Cada uma determinará o caminho a seguir, pois esta é uma questão pessoal.

Para aquelas que desejam classificar e arquivar seu próprio material, dizemos que:

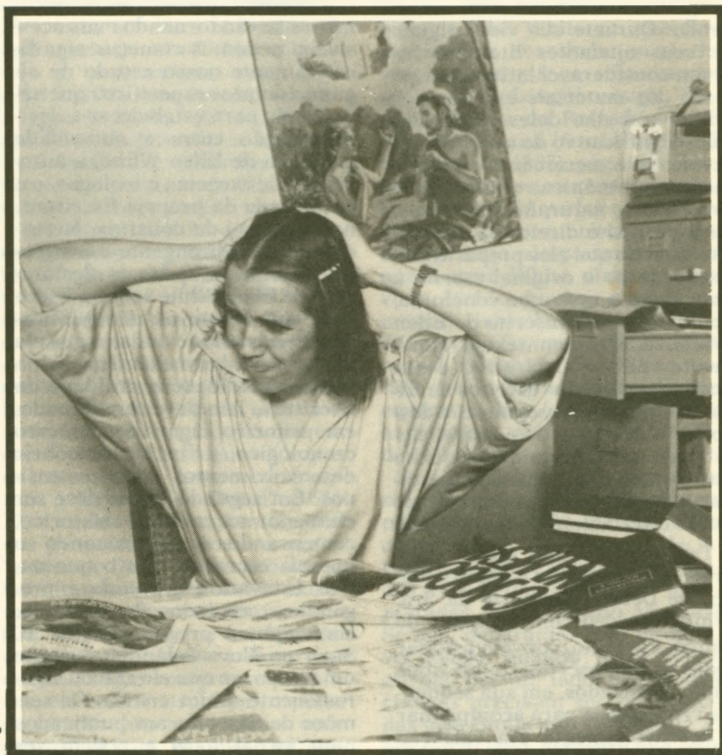
- a. Um sistema de arquivo ágil e ordenado facilita a procura.
- b. Economiza tempo.

Vendo a Realidade

A tarefa de uma esposa de pastor não se restringe a uma só área ou aspecto; portanto, o material que chega a suas mãos ou de que pode necessitar é diverso.

Geralmente se pensa na esposa do pastor como encarregada de cuidar do Departamento das Crianças da Igreja, e muitas vezes é assim, mas essa é somente uma de suas responsabilidades.

Nunca sucedeu que uma irmã veio pedir-lhe idéias para realizar uma festa, e você sabia que havia anotado algo a esse respeito,



Rogério

Para evitar diversos inconvenientes, convém que as esposas dos pastores classifiquem e guardem o material que possa ser útil.

mas...? ou que os jovens lhe solicitaram a apresentação de um tema na Sociedade J.A., e que você precisou de uma ilustração que havia guardado, mas...?

Para evitar este e outros inconvenientes, você deve classificar e guardar o material que pode ser de utilidade. Não convém confiar excessivamente numa boa memória.

Não é indispensável ter um belo móvel metálico — desses que

são usados nos escritórios ou como o que é usado por seu esposo. Com um pouco de faculdade inventiva e habilidade, você mesma pode arquivar seu material em caixas convenientemente rotuladas. É possível conseguir boas caixas em casas comerciais, pois a maioria delas eliminam as caixas vazias. Para "pendurar" as pastas pode-se utilizar um caixão previamente pintado.

Convém determinar um lugar

na casa em que você possa guardar todo o seu material. Se o puser junto com outras coisas, perderá mais tempo para encontrá-lo.

Preparando o Arquivo

Depois de tomar conhecimento da realidade, você terá que escolher o método de arquivar a ser seguido. E, uma vez escolhido, deve segui-lo.

Há vários sistemas de arquivo; cremos, porém, que nem todos se adaptam às necessidades de uma esposa de pastor. Apresentaremos aqui dois métodos, como exemplo e para ter uma idéia geral a respeito: alfabético e por assunto ou tema.

Alfabético: Este é o sistema mais usado, e pode ter pelo menos três variações. Consideraremos brevemente o sistema *alfabético flexível*, por achá-lo mais prático.

Sistema Alfabético Flexível: As pastas são preparadas pela ordem alfabética (a do dicionário). Deve-se considerar não somente a primeira letra, mas também a segunda, a terceira e as seguintes do título ou assunto. Este sistema permite a fácil inclusão de novas pastas, e vai-se tornando mais minucioso à medida que o arquivo aumenta.

Exemplo de seqüência: MAR____
____, MET____, MIR____,
MOS____.

A maior vantagem é permitir o crescimento do arquivo sem prejudicar sua minuciosidade.

Por assunto: Neste caso a classificação é por assunto ou tema. Dentro do tema ou assunto, faz-se uma classificação alfabética.

Devemos determinar de que trata o material que queremos arquivar, para poder incluí-lo numa seção do arquivo. Acontece, às vezes, que o mesmo assunto pode estar relacionado com outros temas ou assuntos. Neste caso, para não duplicar o material, pode-se fazer uma ficha com o título e o lugar onde está arquivado.

Exemplo de classificação por assunto:

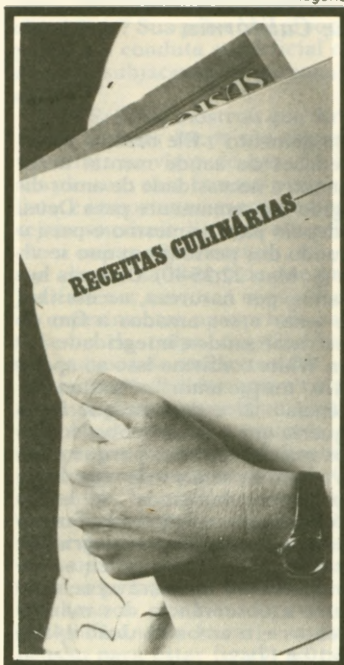
Escola: Adventista
Cristã de Férias
Sabatina Filial, etc.

Poemas: Amor
Bíblia
Cruz
Deus
Dor, etc.

Relatos: Bíblia
Bondade
Céu, etc.

Nem tudo que lhe chega às mãos tem valor permanente ou pode ser útil. Segundo seu critério pessoal, você mesma determinará o que irá guardar em seu arquivo.

Rogério



Arquivar os assuntos devidamente classificados poupa muito tempo e esforço.

Que Arquivar?

Nem tudo que lhe chega às mãos tem valor permanente ou pode ser útil. Segundo seu critério pessoal, você mesma determinará o que irá guardar em seu arquivo.

A seguir, apresentamos uma lista sugestiva daquilo que pode ser de utilidade e interesse:

1. Acampamentos
2. Ação de Graças
3. Aniversários
4. Ano Novo
5. Arte Culinária
6. Campanhas
7. Cartas — Correspondência
8. Crianças (vários aspectos)
9. Curiosidades
10. Curso de Nutrição
11. Desbravadores

12. Despedidas
13. Despedida de Solteira
14. Dia das Mães
15. Dia dos Pais
16. Dorcas
17. Endereços
18. Escola Adventista
19. Escola Cristã de Férias
20. Escolas Sabatinas Filiais
21. Evangelismo Infantil
22. Formaturas
23. Fundo de Inversão
24. Histórias
25. Ilustrações
26. Incentivos
27. Jogos
28. Jovens
29. Lar
30. Música
31. Natal
32. Ofertas
33. Palestras
34. Poesias
35. Programa do 13º Sábado
36. Receitas
37. Representações
38. Saúde
39. Semana de Oração
40. Sermonetes
41. Trabalhos Manuais
42. Visitas

Material de Evangelismo Infantil

Podemos classificar este material por lições, por números ou por objetos e personagens.

Os dois primeiros sistemas limitam o uso do material. Se o classificarmos por objetos ou personagens, obteremos maior variação na composição dos quadros.

Por exemplo, podemos agrupar: todas as árvores, todas as mulheres, todos os pássaros, etc.

Segundo nossa opinião, a forma mais prática para guardar este material é em envelopes devidamente rotulados.

Aspectos Gerais

Rótulos: É conveniente que sejam claros e, na medida do possível, escritos à máquina.

Cores: Podem ser empregadas cores diferentes para distinguir uma seção da outra ou um assunto do outro. As cores ajudam a rápida identificação.

Pastas: Convém que elas sejam do mesmo tamanho e cor, para evitar a confusão visual.

Arquivo de Recortes: Quando se arquivam recortes de jornais ou revistas, além de classificá-los, devê-se ter o especial cuidado de pôr o título do artigo, o nome do autor, o nome da publicação e a data em que foi publicado o artigo. ■■

Religião e Saúde Mental: Uma Avaliação da Fé Pessoal

Dr. Fred Osbourn

*Professor de Casamento e Aconselhamento Familiar
na Universidade de Loma Linda, Califórnia.*

Os Adventistas do Sétimo Dia ensinam que bons princípios de saúde mental e bem fundados princípios religiosos andam de mãos dadas. Em Tito 1:9, o homem de Deus apela para um ministério que exorte pelo "reto ensino". O texto original pode ser traduzido corretamente por "doutrina salutar" ou que "produz saúde". Conseqüentemente, parece ser ao mesmo tempo razoável e proveitoso fazer uma avaliação da doutrina do ponto de vista da saúde mental.

O propósito deste artigo é estimular o leitor a efetuar uma avaliação de suas crenças pessoais e de sua interpretação particular da doutrina, sob a perspectiva pragmática da experiência pessoal, e a fazer a pergunta: "Minha fé pessoal, quando posta em prática, produz uma vida caracterizada como salutar e que promove o bem-estar geral?"

Guilherme Glasser salientou que as duas necessidades fundamentais da personalidade humana são o valor pessoal e o amor. [1] Ele insiste que toda pessoa precisa possuir forte senso de valor pessoal e experimentar adequada quantidade de amor para ser uma pessoa sadia. Howard Clinebell reduz essas duas necessidades humanas fundamentais a uma só, ao sugerir que o fator primordial é amor responsável em pelo menos uma relação digna de confiança. [2] Ele afirma que todas as outras necessidades pessoais derivam dessa única necessidade básica de amorosa interação responsável.

A psicologia de Jesus é sintetizada audazmente quando Ele reúne toda a lei de Deus nesta única palavra: *amor*. Quando responde à pergunta acerca do "grande

mandamento", Ele resume as dimensões da saúde mental acentuando a necessidade de amor dirigido supremamente para Deus, e depois para si mesmo e para o mundo das pessoas em que se vive (S. Mat. 22:35-40). Os seres humanos, por natureza, necessitam de amar e ser amados a fim de desfrutar saúde e integridade. Ellen White confirma isso ao apelar para "mútuo amor" e "mútua clemência" [3] e declara que Deus "queria que o homem obedecesse aos mandamentos... porque é para o bem da saúde e da vida de todos os seres humanos". [4] Isaías acentua esta relação entre fazer o bem e obter saúde ou integridade (Isa. 58:6-8), e Cristo salienta continuamente a inseparável relação entre a observância dos mandamentos e o amor (S. João 14:15; 15:10 e 17).

A expressão "saúde mental" tem duas dimensões, ambas as quais, no sentido cristão, se acham contidas no conceito da devida relação com Deus ou justiça pela fé. A saúde mental indica a capacidade da pessoa para relacionar-se realística e responsabilmente consigo mesma e com o seu mundo. A pessoa "responsável" é capaz de atender aos reclamos da vida de um modo que conduza à inteireza e à integração; tende a ser uma pessoa de integridade e a ter o característico da aceitação pessoal. Quando Glasser indica que o amor-próprio é uma necessidade básica da personalidade, ele está salientando a necessidade de salutar aceitação pessoal como requisito prévio para abandonar as defesas pessoais e entregar-se em amor.

A antítese da saúde mental tende a ser caracterizada por uma reação que nega a realidade e é

destrutiva para o mundo pessoal, propendendo para a fragmentação e irresponsabilidade. A alienação é experimentada em todas as dimensões da existência. Visto que a pessoa irresponsável se portou ao contrário da natureza que lhe foi dada por Deus, reagindo sem amor, ela experimenta uma divisão interior e está em guerra consigo mesma; sente-se ameaçada, ansiosa; sofre de decrescente senso de respeito próprio. Procurando compensar o declínio no conceito que tem de si mesma, pende para crescente egoísmo, usando as pessoas como coisas e manipulando seu mundo a fim de obter a vantagem que requer, sem levar em conta o custo ou as conseqüências. Assim prossegue a nefanda espiral da alienação mental. Esta ocorre tanto dentro dela mesma como entre ela e seu mundo.

Alguém disse sarcasticamente: "Todos somos um pouco neuróticos." Somos todos uma mistura de elementos criativos e destrutivos; de elementos reconciliadores e alienadores; e o grau em que alguém propende para os últimos é o grau em que ele é neurótico. Vislumbres do apóstolo Paulo! Todos *somos* pecadores! É o conflito interno.

Erich Fromm, em suas considerações sobre psicanálise e religião, propõe como alvo da psicoterapia habilitar a pessoa a "viver o amor e pensar a verdade". [5] Viver o amor e pensar a verdade andam de mãos dadas, pois o primeiro depende do último, porquanto o amor que não é mero sentimentalismo envolve uma avaliação realista da vida. [6] Isto sugere, portanto, que a principal missão da Igreja é prover o modelo, a atmosfera, o ambiente para expressar amor responsável e seguir a verdade.

É inevitável que os ensinamentos da Igreja, experimentados na lufalufa da vida diária, resultem numa vida que possa ser caracterizada como criativa, salutar e reconciliadora — a "vida abundante" de Jesus? Ao procurar uma resposta para esta pergunta, gostaria de sugerir que fizésseis a vós mesmos quatro perguntas interdependentes que têm sido consideradas úteis para separar a religião salutar da religião doentia.

Pergunta 1: Minha compreensão e prática da doutrina religiosa tende a erigir pontes ou barreiras entre mim e os outros?

Wayne Oates escreve: "Em es-

sência... a religião salutar vincula as pessoas." Ele prossegue, porém, salientando que ela efetua isso "de tal maneira que sua individualidade é habilitada tanto a realizar-se, como a consagrar-se à comunidade total... à qual eles pertencem. Esta é uma religião de relacionamento amadurecido e responsável." [8]

Se o senso de identidade religiosa de alguém, quando é posto em prática na comunidade, tende a expressar um exclusivismo que nega a universalidade da solicitude de Deus, então é negado o próprio espírito do amor cristão descrito em I Coríntios 13.

Pergunta 2: Minha compreensão e prática da doutrina religiosa tende a estimular ou a estorvar o crescimento da liberdade interior e da responsabilidade pessoal?

Questões intimamente relacionadas são as seguintes: Isso estimula salutarelas relações de dependência, ou não? Relações experientes ou imaturas com autoridade? O desenvolvimento de consciências amadurecidas ou imaturas?

Clinebell menciona que "um dos erros mais comuns encontrados nas igrejas é o autoritarismo doentio." [9]

Tal espécie de dependência é um empecilho para o crescimento e às vezes pode ser visto, por assim dizer, em todas as organizações religiosas. Há indícios de dependência doentia quando os clérigos, devido a seus próprios sentimentos de insegurança e a compensatória propensão para o poder, obtêm satisfação neurótica tornando suas congregações dependentes. Em ambos os extremos, as pessoas "fogem da liberdade" — usando a apropriada expressão de Erich Fromm — para a segurança de um grupo religioso centralizado na autoridade.

Todos nós somos dependentes até certo ponto. Uma importante diferença entre a dependência salutar e a dependência doentia é que a primeira é melhor descrita como interdependência, e a última como relação simbiótica na qual o crente obtém uma sensação neurótica de poder identificando-se com o dirigente. Este, por sua vez, encontra sua sensação de poder no fato de que outros dependem dele.

Quando a esse abuso de poder, os Adventistas do Sétimo Dia receberam o conselho de que "há uma individualidade que precisa

ser preservada em todo instrumento humano, na experiência cristã", [10] de modo que pessoa "responsável" será aquela que reconhece "o direito que lhe assiste ao controle de sua própria mente, à mordomia de seus talentos". [11]

Pergunta 3: Minha compreensão e prática da doutrina religiosa provê um meio eficaz ou defetuoso para ajudar as pessoas a passar do sentimento de culpa para o perdão? Em outras palavras, será que ela provê diretrizes bem definidas, significativas e éticas, ou salienta insignificâncias éticas? Sua principal preocupação é a conduta superficial ou a saúde subjacente da personalidade?

Erik Erikson mostrou que diretrizes e ideais éticos são elementos vitais ao vigor do ego. [12] De acordo com esse famoso psicanalista, é importante que as pessoas sejam sensíveis à culpa em relação a coisas significativas, isto é, aos abusos da liberdade que prejudicam aos outros. A capacidade de experimentar apropriado sentimento de culpa constitui um dos indícios de saúde mental.

A maneira de lidar com a culpa depende de se é normal ou neurótica. Na realidade, a maioria de nós provavelmente experimentamos uma mistura de ambas. Os elementos neuróticos podem ser reconhecidos pelos seguintes fatores: deixar de mostrar-se sensível ao perdão, não ser impelido a fazer reparação, a tendência de focalizar a conduta superficial (insignificâncias éticas) e a propensão para estar ligado ao perfeccionismo. [13]

Por outro lado, a culpa normal ou salutar é atenuada por seguir a prescrição bíblica delineada por Jesus quando enfrentou os moralistas superficiais. Ele declarou certa vez, em essência: "Por que estais tão preocupados unicamente com a conduta superficial, ao passo que desprezais as causas subjacentes na vida interior deste homem?" (Ver S. Mat. 12:34 em diante.) A tentativa do moralismo para controlar a conduta superficial é comparável à substituição de toda cópia deformada, de preferência a corrigir o estêncil. A moralidade, por outro lado, se preocupa com o estêncil, isto é, com a vida interior na qual a pessoa está alienada de si mesma e dos outros.

Pergunta 4: Minha compreensão e prática da doutrina religiosa tende a aumentar ou a diminuir a fruição da vida?

nuir a fruição da vida?

Basta dizer que as diversas formas da palavra *alegria* são usadas 192 vezes na Bíblia. E Jesus parece ser a favor da vida, apreciando e desfrutando profundamente o companheirismo e a comunhão com os outros e com Deus. Com efeito, Ele indica que o "gozo" constitui uma das principais razões para o evangelho: "Tenho-vós dito estas coisas para que o Meu gozo esteja em vós, e o vosso gozo seja completo." S. João 15:11. A religião doentia contradiz o espírito da vida de Jesus, fugindo do verdadeiro prazer religioso para o exclusivismo ou para o ascetismo.

A religião salutar envolve a pessoa toda na procura religiosa. Ela não somente põe o intelecto plenamente em ação na procura da verdade, mas também reconhece a importância dos sentimentos e das emoções numa personalidade sadia, evitando conseqüentemente tanto o intelectualismo, por um lado, como o sentimentalismo, por outro lado. A fé bíblica positiva respeita a mais profunda liberdade humana — a liberdade de pensar, imaginar, fantasiar, sentir e escolher com base no peso da evidência provida por esses meios dados por Deus para chegar à verdade.

Essa modalidade de fazer perguntas positivas na avaliação da compreensão e da prática pessoal da fé tende a incentivar o contínuo refinamento da teologia individual. Fazer isso ajudou-me pessoalmente a precaver-me contra o moralismo, o legalismo, o julgamento farisaico e o autoritarismo tanto do perfeccionismo como do liberalismo, essas deturpações da conduta amorosa que tendem a seguir-me os passos. Também me ajudou a transformar a doutrina, não em meras exigências legais, mas numa experiência que produz integridade. Finalmente, essa maneira experiencial de encarar a verdade fortaleceu minha fé tanto na Bíblia como nos escritos de Ellen White, ao descobrir que os princípios sugeridos nessas fontes inspiradas, quando interpretados e aplicados corretamente, produzem resultados criativos que promovem a saúde. Em suma, salutar e positiva fé em Deus provê o ambiente para uma vida salutar e positiva. [14]

Bibliografia

1. Dr. William Glasser, *Reality Therapy* (Nova Iorque: Harper and Row, 1965).
2. Howard J. Clinebell Jr., *Basic Types of Pastoral Counseling* (Nashville: Abingdon

Press, 1966). Por amor "responsável", Clinebell denota amor *agape*; aceitação, respeito e apreço incondicional da personalidade dos outros.

3. *A Ciência do Bom Viver*, pag. 360.
4. Ellen G. White, *Manuscrito 63*, 1900.
5. Erich Fromm, *Psychoanalysis and Religion* (New Haven: Yale University Press, 1950), pag. 9.
6. *Testimonies*, vol. 5, pag. 123 em diante.
7. A fonte destas perguntas é Howard J. Clinebell Jr., *Mental Health Through Christian Community* (Nashville: Abingdon Press, 1965), pag. 31 em diante.

8. Wayne E. Oates, *Religious Factors in Mental Illness* (Nova Iorque: Association Press, 1955), pag. 113.

9. Clinebell, *op. cit.*, pag. 32.
10. Ellen G. White, *Manuscrito 6*, 1889.
11. *Testimonies*, vol. 7, pag. 180.
12. Erik H. Erikson, *Insight and Responsibility* (Nova Iorque: W. W. Norton and Company, Inc., 1964).
13. O perfeccionismo pode ser definido como o estabelecimento de um padrão demasiado elevado e irreal que torna inevitável o contínuo fracasso e tende a envolver o indivíduo em punição ou expiação pessoal.

ARQUEOLOGIA

O Pecado e o Julgamento no Mundo Antigo

Dr. Siegfried H. Horn

Decano e professor emérito de Arqueologia e História da Antiguidade no Seminário Teológico da Universidade Andrews.

Os antigos tinham consciência do pecado e uma percepção do que moralmente era certo ou errado que não diferia consideravelmente de conceitos mais modernos. Também possuíam algum conhecimento de um julgamento no futuro, crendo que depois desta vida terrena enfrentariam um tribunal divino que decidiria sua felicidade ou sua desdita no porvir.

Descobrimos que os antigos sabiam que é pecado e que temiam um julgamento divino neste mundo ou no futuro, vemos que o apóstolo Paulo estava certo em suas observações acerca dos pagãos de seu tempo. Ele disse que "os gentios que não têm lei procedem por natureza de conformidade com a lei", mostrando "a norma da lei gravada nos seus corações, testemunhando-lhes também a consciência", quer acusando-os, quer defendendo-os (Rom. 2:14 e 15).

Embora a veracidade dessas palavras possa ser atestada com facilidade por um estudo das crenças religiosas dos gregos e dos romanos, neste artigo retrocederemos ainda mais na História

para mostrar que os antigos babilônios (incluindo também os sumérios e os assírios) e os egípcios reconheciam os preceitos de uma lei moral divinamente instituída e conhecida como Decálogo pelos crentes judeu-cristãos.

O Pecado Entre os Babilônios

Numerosas orações, hinos e textos de admoestação vieram à luz durante o último século e meio entre milhares de ladrilhos cuneiformes escritos pelo antigo povo do vale mesopotâmico. Esses textos religiosos nos dão uma ideia bem ampla de seus sentimentos, esperanças e temores. Eles procuravam encontrar respostas para tais perguntas universais como por que algumas pessoas sofrem mais infortúnios ou calamidades do que outras, pois os consideravam como castigos divinos. Num desses textos babilônicos são feitas as seguintes perguntas:

"Ele cometeu algum pecado contra um deus ou contra uma deusa?

Usou de violência contra alguém mais idoso do que ele?

Disse sim em vez de não, ou não

em vez de sim?

Usou balanças falsas?

Aceitou uma conta injusta?

Estabeleceu um falso marco divisório?

Arrombou a casa de seu próximo?

Achegou-se à mulher de seu próximo?

Derramou o sangue de seu próximo?" [1]

Essas perguntas indicam que os antigos babilônios não somente achavam que os pecados contra os deuses causavam punições nesta vida, mas também que os pecados contra a sociedade suscitavam o castigo divino. É óbvio para qualquer indivíduo que conhece a Bíblia que esses pecados são os mesmos combatidos na segunda metade dos Dez Mandamentos. Aquele texto nos mostra claramente que os antigos babilônios sabiam o que era moralmente correto ou errado.

Com efeito, os antigos habitantes da Mesopotâmia estavam tão inteirados de sua natureza pecaminosa e da necessidade de perdão que freqüentemente incluíam em suas orações urgentes pedidos de perdão. Uma antiga oração sumeriana, por exemplo, até continha súplicas de perdão para pecados cometidos por ignorância:

"Ó deus a quem conheço ou não conheço, (minhas) transgressões são muitas; grandes são (os meus) pecados.

Ó deusa a quem conheço ou não conheço, (minhas) transgressões são muitas; grandes são (os meus) pecados.

Realmente não sei que transgressões tenho cometido;

Que pecados tenho cometido, realmente não sei....

As transgressões que tenho cometido, sejam arrebatadas pelo vento;

Tira minhas numerosas maldades como uma veste.

Ó meu deus, (minhas) transgressões são sete vezes sete; remove minhas transgressões;

Ó minha deusa, (minhas) transgressões são sete vezes sete; remove minhas transgressões." [2]

Outra oração antiga, a qual contém um dístico mostrando que pode ser usada por sacerdotes ou penitentes, nos traz vividamente à lembrança, em suas súplicas, expressões semelhantes usadas nalguns dos salmos de Davi. Na realidade, se não soubéssemos que essa prece provém dos lábios e da pena de um antigo politeísta, sendo portanto dirigida a

um deus e a uma deusa, poderia facilmente ser confundida com alguma citação do Livro de Salmos: "Ó meu deus, que estás irado, aceita minha oração: ó minha deusa, que estás irada, recebe minha súplica..., olha com piedade para mim e aceita minha súplica. Sejam perdoados os meus pecados e apagadas as minhas transgressões. Seja arrancada a interdição e desfeitas as ligaduras. Os sete ventos arrebatem os meus suspiros. Mandarei embora minha iniquidade, que a ave a leve aos céus. Oxalá os peixes removam minha aflição e o rio a arraste consigo! Seja ela tirada de mim pelos animais do campo. Purifiquem-me as águas correntes do rio." [3]

Julgamento na Vida Futura

Os babilônios tinham uma concepção muito pessimista da vida futura. Seu mundo subterrâneo, o domínio dos mortos, era uma região sombria, cheia de pó, onde o pão era amargo e a água salobra, e onde os mortos usavam vestes de penas para protegê-los contra o frio. Durante a noite, suas necessidades de luz, alimento e bebida eram supostamente supridas pelo deus Sol.

Não foram encontradas minuciosas descrições de uma crença num julgamento depois da morte na literatura cuneiforme do antigo povo mesopotâmico, embora diversos deuses sejam chamados juizes em seus textos. Eles acreditavam que Ereshkigal, a irmã de Inanna (Ishtar), era a deusa do mundo subterrâneo e que sete juizes sentados diante dela proferiam a sentença de morte sobre os falecidos quando entravam nesse domínio. A natureza dessa sentença jamais é exposta nos textos disponíveis, mas é declarado que os nomes dos mortos seriam registrados por Geshtinanna, o escriba do mundo subterrâneo, nos ladrilhos de registro, de modo que se tornassem legítimos habitantes dessa região.

O décimo segundo ladrilho da Epopéia de Gilgamesh, que inteligentemente só foi preservado em fragmentos, bem como alguns outros textos, contém insinuações de que o bem-estar das pessoas falecidas, no mundo futuro, dependia da maneira em que tinham morrido, de seu corpo ter recebido um sepultamento decente e da continuação, por parte de seus parentes, dos sacrifícios prescritos para elas. Se o destino dos justos mortos era considera-

Não foram encontradas minuciosas descrições de uma crença num julgamento depois da morte na literatura cuneiforme do antigo povo mesopotâmico.

do idêntico ao dos criminosos não foi enunciado com clareza. Na realidade, ao ler os registros cuneiformes da antiga Mesopotâmia, percebe-se que os sumérios, babilônios e assírios parecem ter tido uma crença muito vaga no tocante a sua esperada vida no porvir.

O Pecado Entre os Egípcios

Em contraste com o povo da Mesopotâmia, que confiava na misericórdia dos deuses para obter perdão de seus pecados, os antigos egípcios criam ser possível convencer os deuses de sua inocência. O meio usado para isso eram fórmulas mágicas e exatas que faziam asseverações de inocência. Essas solenes declarações de inocência, muitas das quais chegaram a nossas mãos, contêm listas específicas de maus atos que o possuidor dos documentos negava ter cometido. Mostram in-

confundivelmente que os antigos egípcios sabiam muito bem o que era correto ou errado.

Tais afirmações de inocência geralmente são denominadas "Confissões Negativas", e se encontram no antigo "Livro dos Mortos" egípcio, um documento que descreve as experiências que os falecidos teriam ao chegar ao mundo subterrâneo. Também contêm as fórmulas a serem usadas diante dos juizes nessa região. Eis alguns exemplos:

"Não blasfemei de nenhum deus.

Não usei de violência com pobres homens.

Não fiz aquilo que os deuses abominam.

Não matei.

Não aumentei nem diminuí as medidas de cereais.

Não aumentei o peso da balança.

Não cometi nenhum mal.

Não furtei.

Não fui cobiçoso.

Não proferi mentiras.

Não cometi adultério." [5]

Rimos de sua ingenuidade por pensar que podiam aplacar seus juizes divinos dispondo das respostas certas ao terem de prestar contas de sua vida na Terra. No entanto, quer aceitemos ou não suas alegações de sempre terem sido cidadãos respeitadores da lei que seguiam um bom procedimento e evitavam o mal, uma coisa é clara: os antigos egípcios sabiam o que era certo ou errado, e esperavam a punição na vida futura se pudessem ser apresentados contra eles os registros de



Arq. Casa

tais delitos como o adultério, a mentira, furtos ou mesmo a cobiça.

Só se conhecem alguns casos em que antigos egípcios admitiram ter feito alguma coisa errada. Tais admissões ocorriam apenas quando alguma calamidade, que era considerada como castigo divino, incidia sobre as pessoas. O seguinte trecho de um texto fúnebre contém semelhante reconhecimento de culpa. Trata de alguém que ficou cego e atribuiu seu infortúnio a um juramento falso:

"Sou um homem que jurou falso por Ptah, senhor da verdade; e ele fez com que eu ficasse imerso em trevas. Declararei seu poder para aqueles que não o conhecem, bem como para aqueles que o conhecem, a pequenos e grandes: Acautelai-vos de Ptah, senhor da verdade!" [6]

Tais exemplos de confissões negativas e positivas mostram claramente que os antigos egípcios, como seus contemporâneos na Mesopotâmia, estavam familiarizados com o que é correto e com o que é errado, e sabiam que o pecado não lhes traria a aprovação dos deuses que, pensavam eles, controlavam seu bem-estar nesta vida e determinariam sua condição eterna no futuro.

Julgamento na Vida Futura

Há considerável diferença entre os egípcios e os babilônios no tocante ao julgamento na vida futura. Embora saibamos pouca coisa sobre o que os babilônios pensavam acerca de seu futuro destino, os egípcios deixaram numerosos registros de suas crenças. Esses textos fúnebres variam desde os "Textos das Pirâmides" do Antigo Império e dos "Textos dos Ataúdes" do Médio Império até os "Livros dos Mortos" do Novo Império. No decurso de quase três mil anos, suas crenças sofreram algumas alterações, segundo é ilustrado por esses vários textos. Entretanto, restringiremos nossas considerações aos períodos mais recentes, dos quais subsistiram alguns esmerados exemplares do "Livro dos Mortos". Estes descrevem pormenorizada-

mente, com palavras e figuras, o que as pessoas podiam esperar experimentar depois da morte e como podiam assegurar um resultado favorável de seu julgamento perante os seus juizes divinos.

De acordo com o "Livro dos Mortos", os falecidos teriam de

Para que o morto não se esquecesse das fórmulas certas, um exemplar do "Livro dos Mortos" era colocado no esquife junto com o corpo mumificado.

comparecer diante de Osiris, o deus do mundo subterrâneo e o grande juiz auxiliado por 42 assessores ou "juizes dos mortos". A pessoa falecida é apresentada como sendo guiada por Anúbis, um deus com cabeça de chacal, para que enfrente os seus juizes. Ali seu coração é colocado no prato de uma balança e pesado em confronto com a "verdade", representada por uma pena deitada no prato oposto. O deus Thoth, com cabeça de falcão, supervisionava todo o processo e relatava seus resultados num ladrilho. Então a pessoa falecida tinha de recitar suas "Confissões Negativas", mencionadas mais acima, primeiro em termos gerais para todo o tribunal reunido em conjunto, e depois para cada um dos 42 juizes individualmente. Junto à base da balança estava sentado um monstro, meio hipopótamo e meio crocodilo, aguardando o resultado do julgamento. Se a pessoa falecida não conseguisse vencer os juizes de sua inocência, seria devorada pelo monstro, ficando assim destituída da vida eterna. Por outro lado, se fosse aprovada, seria admitida no "outro mundo" para continuar sua vida sem fim nas circunstâncias mais agradáveis, embora semelhantes àquelas a que estava acostumada na Terra.

Para que o morto não se esquecesse das fórmulas certas, um exemplar do "Livro dos Mortos" era colocado no esquife junto com o corpo mumificado. Os que

não podiam adquirir uma cópia completa desse extenso documento tinham de contentar-se com extractos mais curtos ou com sumários. Às vezes era colocado sobre o coração (o único órgão interno que era deixado na múmia) um grande escaravelho de pedra, e esse amuleto semelhante a um be-souro continha uma inscrição que em parte dizia o seguinte: "Ó meu coração, a parte mais íntima de meu ser, não te levantes como testemunha contra mim diante do tribunal!" [7]

Assim, embora notemos grandes diferenças na maneira pela qual os habitantes do vale mesopotâmico e do vale do Nilo pensavam poder livrar-se das futuras punições divinas de maus atos terrenos, verificamos que há um fator comum. Todos eles sabiam que havia pecados que cedo ou tarde, neste mundo ou na vida futura, trariam punição para o transgressor. Os babilônios imploravam misericórdia, ao passo que os egípcios punham sua confiança em fórmulas mágicas. Os babilônios criam nalguma espécie de julgamento no porvir, embora saibamos pouca coisa acerca de suas crenças específicas. Por outro lado, conhecemos quase todos os detalhes das crenças dos antigos egípcios a respeito do julgamento divino que eles esperavam ter de enfrentar depois desta vida. ■

Bibliografia

1. Leonard W. King, *Babylonian Religion and Mythology* (Londres, 1899), págs. 218 e 219.
2. Ferris J. Stephens, em *Ancient Near Eastern Texts Relating to the Old Testament* (J. B. Pritchard, ed. Princeton, 1950), págs. 391 e 392.
3. King, *op. cit.*, pág. 212.
4. Para maiores considerações sobre a crença dos babilônios a respeito da morte e da vida futura, ver a obra de Alexandre Heidel, *The Gilgamesh Epic and Old Testament Parallels* (Chicago, 1946), págs. 137-223; e o artigo de Dietz O. Edzard em *Götter und Mythen im Vorderen Orient* (H. W. Haussig, ed. Stuttgart, 1965), págs. 130-132.
5. John A. Wilson, em Pritchard, *op. cit.*, págs. 34 e 35.
6. Parte de uma inscrição numa antiga lápide egípcia, Estela 589, no Museu Britânico. Battiscombe Gunn, "A Religião dos Pobres no Antigo Egito", *Journal of Egyptian Archaeology*, 3 (1916) 88.
7. Georges Posener, *A Dictionary of Egyptian Civilization* (Londres, 1962), pag. 253.

MINISTÉRIO

Uma Revista para Pastores e Obreiros

ADVENTISTA